



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 4 de novembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 1 DE 99

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bom dia a todos e a todas. Já temos a presença da nossa Vice-Presidente, Vereadora Ana Carolina Oliveira, deste Vereador Jair Tatto, presidindo, do nobre Vereador Marcelo Messias, relator da Lei Orçamentária Anual.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 23ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão do ano 2025, convocada para hoje, 4 de novembro.

Esta audiência pública temática tem por objetivo debater os projetos de leis orçamentárias: PL 1168/2025 do Executivo, Sr. Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029, cujo relator é o Vereador Silvinho Leite, que está chegando aqui; PL 1169/2025 do Executivo, Sr. Prefeito Ricardo Nunes, estima a receita e fixa a despesa do município de São Paulo para o exercício 2026, cujo relator é o Vereador Marcelo Messias, que está aqui ao meu lado.

Informo que essa reunião está sendo realizada de forma semipresencial no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, no aplicativo Microsoft Teams. É transmitido ao vivo na página Auditórios Online do *site* da Câmara Municipal e nos canais do YouTube e do Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para essa audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 8 de outubro de 2025, foi publicado no jornal *O Estado de S.Paulo* nos dias 9, 13, 17, 21 e 29 de outubro e no jornal *Folha de S.Paulo* nos dias 10, 14 e 27 de outubro.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 7 de outubro de 2025, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

As inscrições já estão abertas e continuam até o final da primeira exposição de fala, que será feita, na ordem, pela Secretária Regina, de Direitos Humanos, ou seja, ao término da fala de exposição da Secretária, que chamarei daqui a pouco, serão encerradas as inscrições.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 420

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 2 DE 99

Convidamos o Sr. Clodoaldo Pelizzoni, Secretário Executivo de Planejamento e Eficiência, representado pelo Sr. Vicente Calvo, Secretário-Adjunto, sempre presente. Daqui a pouco, certamente, ele estará por aqui.

Também, o Sr. Carlos Mandese, representando o Sr. Vitor Arruda, Secretário Executivo de Segurança Alimentar e Nutricional e Abastecimento. Sr. Carlos está aí, por favor? Obrigado pela presença.

A Sra. Eliana Gomes, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, representada pela Secretária-Adjunta, Cassia Traversolo. Por favor, Cassia.

A Sra. Elaine Gomes de Lima, Secretária Executiva Adjunta de Promoção da Igualdade Racial. É isso, Sra. Elaine? Aguardando, então.

Sra. Silvia Regina Grecco, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, acompanhada do Chefe de Gabinete, Sr. Flavio Fenólio.

O Sr. Roberto Cardoso, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Está aqui?

Precisamos ver a ordem, conforme o relator tem me orientado. Primeiro, Dr. Ronaldo Fernandes; mas como há uma inversão de ordem, vamos nos orientando e cada um para quem eu for passando a palavra, vocês, por favor, apresentem-se para as notas taquigráficas.

Começamos com a exposição da Dra. Regina Santana, Secretária de Direitos Humanos.

Temos a presença do sempre Vereador Manoel Del Rio, que também falará por um tempo, estabelecido um pouco a maior do que o do público. Gostaria de chamar o Vereador Manoel à Mesa também.

Dra. Regina, dez minutos dá tempo? Eu vou pedir isso a todas as Secretarias, senão ficamos explanando por mais da metade do tempo da nossa audiência e, ouvi-los, que é o principal, é prejudicado. Então, Dra. Regina, pode falar daí ou da tribuna.

A SRA. REGINA SANTANA - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador Marcelo Messias, a Vereadora Ana Carolina.

Cumprimento também as Secretárias, que são minhas colegas na Prefeitura de São Paulo, a Cassia Traversolo, a Silvia Grecco; todas as pessoas aqui presentes, de movimentos sociais, grupos e conselhos; e o Sr. Nadir, do grande Conselho do Idoso, que está aqui. Cumprimento também o colega de Secretaria Sr. Carlos Mandese e o Sr. Roberto Cardoso, nosso Chefe de Gabinete.

Vamos para a nossa apresentação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que tem, também, no seu bojo, a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. REGINA SANTANA - Não sei se haverá a apresentação dos *slides*, mas aí está a nossa Secretaria.

Pode passar para o próximo *slide*, por gentileza. Um histórico e a alocação dos recursos, a gestão dos recursos e financeiros, colocando que esta é a gestão do nosso Prefeito Ricardo Nunes.

Próximo *slide*. Aqui, uma evolução do orçamento por anos. Em 2023, há um valor; em 2024, 2025; e, em 2026, há 312.275.663 reais, com um percentual de diferença do ano de 2025 para 2026 de 19.

Próximo *slide*. Aqui, estamos trazendo os fundos que existem. O FAASP diz respeito ao fundo que rege a questão de segurança alimentar, nutricional e de abastecimento. Em 2026, haverá mais de 454 milhões reais. Em relação ao ano de 2025, 42,20%.

Próximo *slide*, por gentileza. Outro fundo que existe é o FUMCAD, fundo da criança e do adolescente. Aqui, mostra-se a evolução ao longo dos anos. De 2025 para 2026, há uma diferença a menor de 11,61%. Por que isso? Em decorrência de no ano passado, em 2024, não haver o lançamento de editais; como esse ano houve o edital lançado no meio do ano, há esse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 422

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 4 DE 99

diferencial, realmente, a menor, mas temos saldo no FUMCAD para que possamos, após toda a etapa de avaliação desse edital lançado esse ano, porque quem faz todo o comando de seleção e análise é o nosso Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e temos que respeitar a legislação vigente.

Próximo *slide*, por gentileza. Há o Fundo Municipal do Idoso (FMID) e sua respectiva evolução. Em 2026, haverá 16.583.488 reais, um percentual a maior de 31,31. O FMID tem o recurso, já dialogamos com a nossa coordenação da pessoa idosa, até para que possamos lançar editais e utilizar esse recurso para a pessoa idosa.

Próximo *slide*. Aqui, há o percentual da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que, em 2026, terá seu orçamento estimado em 312 milhões de reais, uma diferença em relação ao ano anterior de quase 50 milhões de reais, um percentual de 19.

Aqui, há os fundos que já mencionamos nos *slides* anteriores (FAASP, FUMCAD e FMID), nos quais haverá um total geral de quase 46%.

Próximo *slide*, por gentileza. Aqui, entramos na questão temática da Secretaria. Em nível de administração da sede, haverá 63 milhões de reais, um percentual a mais de 20,23.

Quando falamos em conselho tutelar, há, hoje, na cidade de São Paulo, 52 conselhos tutelares, com 260 conselheiros titulares mais os suplentes. Então, estamos falando de um aumento de 18,84%.

Quando falamos em política para as mulheres, há um orçamento de 51.511.000 reais, um percentual a maior de 16,50.

Quando falamos em população em situação de rua, há 34 milhões de reais, um aumento em relação ao ano anterior de 10,89%.

Na questão LGBT, há 31 milhões de reais, um percentual de 9,93.

Próximo *slide*, por gentileza. Quando falamos da Secretaria de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento, que é a Secretaria Executiva, estamos falando de um custeio de 22 milhões de reais, um percentual de 7,16. Ressalta-se que, como colocamos nos *slides* anteriores, há o FAASP, um fundo que, de acordo com a legislação, a partir de 2023, veio

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 5 DE 99

complementar para que pudéssemos somar não só o valor de 23 milhões de reais, como aquele mencionado anteriormente ao FAASP.

Igualdade racial, 17.553.803 reais, um percentual de 5,62; povos indígenas, 267 mil reais, um percentual quase de 1. Ressalta-se que em igualdade racial e povos indígenas, há 15 equipamentos: são 15 centros de referência de promoção de igualdade racial que trabalham com temáticas dos povos indígenas, da população negra e das comunidades tradicionais. Na cidade de São Paulo - interrompendo, o nosso Vereador Silvinho Leite está aqui, nos dando a honra de participar dessa sessão. Presidente, o senhor quer fazer a introdução do Vereador? Pode seguir? Então, seguiremos aqui - lembrando que, tanto na igualdade racial como nos povos indígenas, há esses 15 equipamentos e, por isso, igualdade racial tem um valor maior de 17,5 milhões de reais.

Juventude, 13 milhões de reais, um percentual a maior de 4,2; criança e adolescente, 4.821.000 reais, um percentual de 1,54, lembrando que há, também, o FUMCAD.

Próximo *slide*, por gentileza. Na questão da pessoa idosa, há quase quatro milhões de reais, um percentual de 1,27; coordenação de migrantes, 2.883.000 reais, um percentual de 0,92; educação em direitos humanos, um percentual de 0,47, 1.462.000 reais; coordenação de promoção e defesa em direitos humanos, que chamamos de CPDDH, 604 mil reais; pessoa desaparecida, 550 mil reais; ouvidoria, que possui 11 núcleos em direitos humanos, 6 milhões de reais, quase um percentual de 2%; há, também, a coordenação de política de drogas, a questão de direito e memória da verdade e os acordos de cooperação técnica que realizamos para toda a Secretaria, que são 54 mil reais.

O próximo *slide* mostra os percentuais. O maior percentual é de contratos, 39, que dá a bagatela de mais de 120 milhões de reais. Depois, há tanto pessoal e recursos humanos como também as parcerias com as organizações sociais, de 25%.

Lembro que há mais de 230 equipamentos dentro da Secretaria de Direitos Humanos. Há, também, a questão dos auxílios que pagamos - Auxílio Aluguel, Auxílio Ampara e vários outros com esse olhar para a população - segurança, entre outros itens.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 6 DE 99

O próximo *slide*, por gentileza, que já é o final. Queremos expor o orçamento da Secretaria de Direitos Humanos e, também, após as apresentações, estaremos ouvindo, porque sabemos que precisamos sempre ouvir.

Direitos humanos é uma temática que trabalhamos, dentro da Secretaria, com mais de 18 coordenações mais a Secretaria de Segurança Alimentar, Nutricional e de Abastecimento. É um desafio grande, em decorrência da cidade de São Paulo, mas precisamos, sim, ter em mente, sempre, a justiça social. E o orçamento municipal não é gasto; sabemos que é para que possamos resgatar a dignidade e a identidade das pessoas e sempre pensando no bem viver de todos.

Agradeço e estamos à inteira disposição para ouvir. E, como estamos em uma Casa de Lei, precisamos, sempre, lutar para que tenhamos dias melhores e, principalmente, bem viver. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Dra. Regina. A senhora falou da dificuldade do tempo, hoje, mas o Roberto Cardoso, que é o Chefe de Gabinete, ficará para as respostas, é isso? Está perfeito, está bom; assim fica representado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Passarei, imediatamente, na ordem, para a Dra. Silvia Grecco.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - As inscrições estão encerradas. Dra. Silvia.

A SRA. SILVIA GRECCO - Alô?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Pois não, se conseguir nos dez minutos. Vereador Silvinho Leite, que é o nosso relator do PPA, já está conosco, presencialmente.

A SRA. SILVIA GRECCO - Parabéns pela apresentação das reivindicações dos idosos. Respeito, é isso que queremos, verdade.

Sou a Silvia Grecco, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência da cidade de São Paulo, uma mulher branca, de cabelos castanhos, na altura do ombro, usando blusa e calça

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 425

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 7 DE 99

azul-marinho, colar e brinco de bijuteria. Sou uma mulher de 63 anos, estou como Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, mas também sou mãe de um filho com duas deficiências, o Nickollas, que é cego e autista.

Farei apenas uma breve apresentação e o nosso Chefe de Gabinete, Flavio Fenólio, fará a apresentação orçamentária.

Presidente, estou muito feliz de participar este ano, mais uma vez, com a sua presidência na Mesa, na companhia de pessoas queridas e Vereadores amigos - Ana, Marcelo Messias e Silvinho -, que também lutam tanto pela causa da pessoa com deficiência.

Para falar que o lugar da pessoa com deficiência é dentro do orçamento, precisamos parar de olhar para a pessoa com deficiência com dó ou piedade. Do que as pessoas com deficiência precisam é de oportunidades na sua vida: oportunidades de emprego, de vida digna, de pessoas que antecedem a sua deficiência.

E quando falamos de estar dentro do orçamento, é estar hoje aqui, apresentando uma evolução orçamentária, como houve, desde 2021, na gestão do Prefeito Ricardo Nunes, até a data de hoje, pois havia um orçamento de 13 milhões de reais, era uma Secretaria-meio, que articulava com as demais Secretarias para que pudesse haver políticas públicas efetivas na cidade; e agora estamos apresentando e recebendo aqui na Câmara Municipal que o orçamento de 2026 será de 130 milhões de reais.

Vejam que ganho para a cidade, para as pessoas com deficiência que ainda lutam muito - não é, Carlos? - para ocupar um espaço - o Marcelo Panico também está aqui - que lutam muito para buscar o seu espaço, a sua dignidade no direito de ir e vir, com problemas de calçadas, que sabemos que são tantos.

Queremos falar e deixar muito identificada uma política pública que começamos na nossa gestão e que tem sido um grande sucesso, que foi a construção do nosso primeiro centro TEA, um centro de atendimento para as pessoas do transtorno do espectro do autismo.

Direi, sem falsa modéstia nenhuma, que temos um centro TEA que é o maior no mundo - não estou exagerando. Não é só maior na sua capacidade física de quase 6 mil metros

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 426

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 8 DE 99

quadrados, mas também na forma de atendimento para as atividades e para as pessoas com transtornos de espectro do autismo. E mais do que isso, atendendo também as mães e seus familiares, que podem ter um atendimento digno lá dentro também.

O sucesso é tão grande que estamos recebendo governos do Canadá, de Barcelona, de Lisboa, de Paris, para conhecer o nosso centro, de tão grande e potente que é essa obra; mas falarei uma coisa para vocês muito importante: não está dando conta. Quem está lá dentro está elogiando muito o trabalho, mas quem está fora está criticando muito. Sabem por quê? Porque não há vaga.

Há uma lista de espera para fazer o primeiro atendimento para setembro de 2026-outubro de 2026. Por isso, está na nossa peça orçamentária a construção de mais três centros TEA para que as quatro regiões da cidade de São Paulo sejam contempladas por esse legado tão importante e necessário que estamos deixando para a cidade.

Além disso, vamos inaugurar agora, no dia 14, em Itaquera, próximo à Igreja Matriz, a primeira Casa Mãe Paulistana para mães de filhos com deficiência. Não é só TEA; é para todas as mães de filhos com deficiência, mães que estão pedindo socorro, que estão sentindo na pele a dor de não ter o atendimento, muitas vezes, adequado para os seus filhos.

Então, elas pedem socorro e, por isso, haverá essa casa de acolhimento para cuidar da saúde mental e física dessas mães. A primeira casa será inaugurada agora, na região de Itaquera e, dentro do nosso orçamento, haverá, também, mais quatro Casas Mãe Paulistanas para atender mães de filhos com deficiência na cidade de São Paulo.

Isso foi apenas uma breve abertura e, agora, Flavio Fenólio, nosso Chefe de Gabinete, falará de toda a questão orçamentária, para o que nosso orçamento poderá ser designado, pensando, também, que temos que fazer uma parceria muito grande com outras Secretarias e estamos fazendo isso, também, com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), para que possamos melhorar as condições das vias públicas e calçadas e para que as pessoas possam ter o direito de ir e vir. Muito obrigada, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 9 DE 99

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Secretária Silvia.

A pessoa que fará a apresentação está aqui?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Por favor.

O SR. FLAVIO FENÓLIO - Bom dia a todos, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Vereadores Silvinho Leite, Marcelo Messias e Ana Carolina. Obrigado pela oportunidade, também, à Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, Silvia Grecco.

Podemos iniciar a apresentação e tentarei fazê-la com a maior brevidade possível.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FLAVIO FENÓLIO - Muito bem. Podemos passar para o próximo *slide*, por favor. A Secretária Silvia Grecco já fez uma introdução muito apropriada. Há na cidade de São Paulo cerca de 1.200.000 pessoas com algum tipo de deficiência.

Vamos para o próximo *slide*. Há uma projeção para os próximos quatro anos do Plano Plurianual e uma evolução, também, para os principais projetos da Secretaria, incluindo os três novos centros TEA e as quatro Casas Mãe Paulistanas para pessoas com deficiência.

Próximo *slide*. Há uma divisão também específica, por projeto, por dotação da destinação destes 130 milhões de reais que foram propostos para a Lei Orçamentária de 2026. Como disse a Secretária Silvia, já é uma evolução considerável em relação a 2021, de 13 milhões de reais para 130 milhões de reais para 2026, 1000% de aumento no orçamento, demonstrando a atenção do Prefeito e, também, da Câmara Municipal para as ações voltadas às pessoas com deficiência.

Para o próximo *slide*, por favor. Algumas ações, serviços e projetos, alguns números que acompanharam, também, essa evolução orçamentária.

Próximo *slide*. Há a Central de Acessibilidade Comunicacional, que fornece para os eventos da Prefeitura, de outros órgãos afiliados e da Câmara Municipal, também, intérpretes de libras, audiodescrição e uma série de ações voltadas à acessibilidade comunicacional.

Próximo *slide*: A Paraoficina Móvel, uma ação ainda de 2019, mas que, agora nesse próximo ano, inauguraremos sua segunda unidade, um serviço itinerante de reparos em cadeiras de rodas, órteses e próteses.

Próximo *slide*. Eventos do Cultura Inclusiva, as ações da Secretaria, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Cultura e uma série de outras Secretarias para levar a pessoa com deficiência para as ações culturais.

Próximo *slide*. Paraolimpíadas escolares, uma ação da Secretária Silvia Grecco em parceria com a Secretaria de Esportes, o Centro Paralímpico e a Secretaria de Transportes para atender as crianças com deficiência no paradesporto.

Próximo *slide*. Central de intermediação de libras, um sucesso premiado internacionalmente pela ONU e com atendimentos crescentes a cada ano.

Próximo *slide*. Samba com as Mãos, uma das ações do Cultura Inclusiva da Secretaria, interpretação em libras de todos os sambas-enredo do grupo especial e também do grupo de acesso 1.

Próximo *slide*. Contrata SP pessoa com deficiência, atendimento as pessoas com deficiência que buscam trabalho e emprego para além do simples cumprimento das quotas, também, levar a oportunidade para as pessoas com deficiência.

Próximo *slide*. Festiva - Festa Inclusiva, que acontece desde 2001, em dezembro, no mês da celebração do dia internacional da pessoa com deficiência.

Próximo *slide*. Editais de fomento em constante evolução, tanto no número de contemplados quanto no valor de recursos transmitidos. Este ano foram 15 contemplados, com incentivo de 200 mil reais, instituições voltadas às pessoas com deficiência.

Inclui Sampa nos bairros também. Uma ideia para levar aos bairros, especialmente os de maior vulnerabilidade, concentrando todos os serviços da Prefeitura e do Estado, para que num momento único ali, durante um sábado, aconteça o atendimento das pessoas com deficiência para este, para este evento. O próximo é agora no sábado, dia 15, em CEU São Rafael.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 429

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 11 DE 99

E falando também, só retomando a fala da Sra. Secretária, os três novos centros municipais para pessoas com TEA, em 2025, a busca é pelos terrenos e, a partir de 2026, os projetos arquitetônicos e também o início das obras. Eu passo para o senhor depois dos endereços, nobre Vereador, vai ser um em cada região. Teremos um na zona Leste, um na Cohab da zona Leste; um será lá no Butantã, numa praça; um na zona Sul, provavelmente lá onde é o clube do Banespa. Isso já com projeção para 2026.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Se conseguir concluir para mim, eu agradeço.

SR. FLÁVIO FENÓLIO - Já estou terminando. E os Casas Banho Paulistas para a pessoa com deficiência, entregamos o primeiro agora em 2025.

Eram essas as considerações. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, estamos à disposição para esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, representando aqui a Secretária Silvia, o querido Flávio. Cadê o Vicente? Obrigado mais uma vez.

O Vicente representa em todas as audiências, tanto as temáticas, como as regionais, a Secretaria de Planejamento. Sempre ao final pedimos sua colaboração. Obrigado.

Vamos seguindo. Eu queria abrir alguns minutos. Quem está representando agora? É uma Secretaria Executiva. Naquela da alimentação? O Vitor está aqui? Vitor Arruda? Não, não é Secretaria não, Mário. Eu acho que é uma Secretaria Executiva de Segurança Alimentar. É o Vítor, não é? Ou é o Carlos?

Carlos, por favor.

O SR. CARLOS MANDESE - Bom dia. Quero agradecer essa oportunidade para a SESANA, que é a Secretaria executiva de Segurança Alimentar e Abastecimento de São Paulo.

Falo em nome do Sr. Secretário Executivo Vitor Arruda, temos já e foi apresentado pela Secretária Regina Santana o que pretendemos nesse próximo período, são diversas Rede Cozinha Escola que já estão atuando. Temos também o Rede Cozinha Cidadã; os Armazéns

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 12 DE 99

Solidários; inauguramos, recentemente, o Armazém Solidário do M'Boi Mirim na zona Sul de São Paulo. E temos outros que estão em planejamento e numa fase de execução.

Além disso, temos toda a distribuição de cestas básicas em São Paulo. Esse trabalho, hoje, tem sido conduzido pelo Sr. Secretário Executivo Vitor Arruda e o Carlos Mandese. Sou o assessor especial dele e aqui o represento. Fico junto com a Secretária Sílvia, a Regina Santana e também com o chefe de gabinete, o Roberto à disposição de vocês.

Agradeço a presença de todos os Vereadores. Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. O Manoel tinha, enquanto Vereador, feito alguns projetos na área que ficou em curso. Hoje ele está aqui também representando apoio. Então, Manoel, você conseguiria em 5 minutos fazer...?

Depois, eu queria ouvir o Presidente do Conselho do Idoso também, do Grande Conselho. E já, imediatamente, todas as inscrições.

Assistência não falou?

O SR. MANOEL DEL RIO - Bom dia a todos. Pedi ao nobre Vereador Jair Tatto para fazer uma fala aqui em defesa da assistência social. Eu já fui Vereador nesta Casa e sou fundador da Apoio, que tem um trabalho muito grande na assistência social, não só, mas especialmente na assistência social e também nos direitos humanos.

Apoio já tem 33 anos de funcionamento e se constituiu com um trabalho voluntário. Apoio funcionou durante 12 anos com trabalho voluntário, sem nenhum convênio. Já há uns 20 anos que tem esses convênios com o município, porque a Apoio se define, assim como muitas organizações, como parceira da política pública. Então, toda política pública, na qual a organização puder contribuir para fazer chegar àqueles que mais precisam, Apoio é parceira.

Então, deixamos aqui alguns projetos. Eu queria lembrar um, desculpe, eu nem mencionei o pessoal da Mesa, não lembro o nome de todos, mas lembro-me da Sra. Secretária Regina, e de alguns do nosso Conselho do Idoso.

Deixamos vários projetos. Um deles eu queria lembrar e que o nobre Vereador Jair Tatto poderia recuperar: a proposta de um Centro Integrado de Atendimento aos Usuários de Álcool e Outras Drogas. Propúnhamos no Parque Dom Pedro um convênio com o Governo Federal, Governo Municipal, em que houvesse saúde, educação e o acolhimento que precisávamos. Talvez recuperar isso, mas o que eu queria falar hoje era mais da questão da assistência social.

Eu já vi em parte o Orçamento e pedimos para melhorar o orçamento da assistência social. Não é porque vemos que as Organizações Sociais, a assistência social precisa dessa parceria com as Organizações Sociais, mas o conveniamento, ou seja, a cooperação estabelecida. As Organizações Sociais passam por uma dificuldade imensa. E essas Organizações Sociais são trabalhadores organizados que se unem para fazer o trabalho social e a cooperação não está igual às outras. Por exemplo, a cooperação na educação, com as parcerias dos terceiros é mais justa na saúde, também nos direitos humanos.

Eu vejo que tem uma boa parceria. Gostaríamos que essas experiências viessem para a assistência social. Para isso teria que melhorar o orçamento da assistência social. Todos vocês já pegaram, saiu a nova pesquisa da Universidade de Minas Gerais dizendo que aumentou a população em situação de rua. Os equipamentos que já existem, que atendem a população em situação de rua, tem bastante, tem muita coisa boa acontecendo, mas eles precisariam ampliar e, ao mesmo tempo, melhorar a qualificação desse orçamento, desses equipamentos. De que modo? Melhorando o orçamento.

E a proposta de melhora do orçamento, é evidente que seria interessante ampliar os serviços dos idosos, já existem alguns passos dados, os da assistência social. Mas, ampliar os serviços da assistência social, melhorando o orçamento. Mas, não só isso. O que é necessário melhorar na assistência social é a cooperação com as Organizações Sociais.

As Organizações Sociais, hoje, passam por uma dificuldade imensa, porque, por exemplo, não contempla os convênios, os dissídios coletivos. Então, as organizações têm a convenção coletiva, mas essa convenção coletiva não é feita entre os trabalhadores e o Poder

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 432

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 14 DE 99

Público e, sim, com um sindicato que representa as Organizações Sociais, mas só que não pactuam com o Poder Público. E aí, vem o aumento de salário, mas este aumento de salário não vai para os convênios.

A minha sugestão é que aumente o orçamento da assistência social para ampliar o serviço e corrigir essa distorção, ou seja, o instrumental de cooperação já deve conter o dissídio coletivo. Não só o dissídio, como também precisaria melhorar os salários dos trabalhadores da assistência social, porque são os que ganham menos nessa relação com o Poder Público. Por exemplo, um operacional ganha um salário mínimo bruto no final do mês, ele ganha mil e poucos reais e faz um trabalho duro. Um educador ganha dois mil reais e tem também um salário baixo. O assistente social, o psicólogo, todos os profissionais. Então, a minha sugestão aqui é de ampliar o orçamento da assistência social para melhorar a vida dos trabalhadores da assistência.

Seria preciso corrigir isso e que o dissídio coletivo esteja contemplado já na cooperação, como tem nos direitos humanos, como tem na nas outras parcerias do Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Manoel Del Rio, nosso sempre Vereador.

Agora, em nome da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Dra. Cassia, Secretária-adjunta, tem seus dez minutos. Um pouquinho a mais, também, sabemos da importância da pasta.

A SRA. CASSIA APARECIDA TRAVENSOLO - Bom dia a todos que estão presentes.

- Manifestação do público.

A SRA. CASSIA APARECIDA TRAVENSOLO - São 40 anos que eu milito na pasta da Assistência Social, agradeço a presença de todos vocês e com muito respeito, ok?

Na pessoa do Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, cumprimento todas as autoridades que estão presentes à mesa.

Faço das palavras das minhas colegas Secretária de Direitos Humanos, Regina Santana e Silvia Grecco, as minhas. Desejo a todos uma excelente apresentação do orçamento da nossa pasta e quero deixar claro que toda a liderança tem que ser servidora. Quem não serve para servir, não serve para viver.

Todo líder é capacitador. Isto posto, eu passo a palavra para o nosso chefe de gabinete, Dr. Ronaldo Fernandes.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Dr. Ronaldo, por favor, à disposição.

O SR. RONALDO FERNANDES DE PAULA - Bom dia a todos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. RONALDO FERNANDES DE PAULA - Começamos com *overview* da Secretaria, que é uma Secretaria bem complexa. Temos, hoje, 32 supervisões de assistência social. O orçamento não é tão baixo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Vou pedir sempre a gentileza: eu sei que assistência é uma área muito sensível, mas deixem ele colocar todos os nomes, depois nas falas, vocês podem se manifestar, podem se rebelar, mas não interrompam, por favor. Os números são o mais importante para fazermos o debate. Muito obrigado.

O SR. RONALDO FERNANDES DE PAULA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Retomando, temos hoje na Secretaria de Assistência Social 32 supervisões. Nessas supervisões temos 1.390 serviços, só assistenciais são 34 tipologias distintas, são executadas especificamente, a grande maioria por meio de OSC. São organizações que vocês, acho que bem entendem.

Hoje, temos aproximadamente 247 mil vagas nesse contexto e 27 mil vagas de acolhimento funcional 24 horas. Nesses casos, ainda temos 96 Centros de Referência, que são: 54 CRAS; 32 CREAS; seis Centros POP, que resultam em mais de 370 mil pessoas atendidas; e do CadÚnico entrevistados, são mais de 700 mil entrevistas de CadÚnico, no ano.

Aqui, temos um gráfico que são os encaminhamentos realizados pela nossa central de vagas, que é o 156. Percebemos que de 2022 para 2025 praticamente quadruplicou e também teve uma grande quantidade de parcerias que foram aumentadas. Tínhamos em 2021, 1.230; em 2022, 1.280; e finalizamos agora, em 2025, 1.390 parcerias. São as que nos atendem na ponta e que fazem a coisa acontecer.

Temos as propostas que foram enviadas para esta Casa. A PLOA de 2021 contemplava 1,35 bilhão, e foi aumentando gradativamente: 1,56 em 2022; 1,68 em 2023; 2,09 em 2024; em 2025, tivemos 2,37 bilhões; e, para 2026, fizemos uma projeção de 2,76 bi. Então, essa é a evolução que temos e que vamos defender.

Aqui é uma situação interessante, porque, embora tenhamos o orçamento de, por exemplo, 2021, 1,35, nós fizemos uma execução de 146%. O que isso quer dizer? Que tivemos que pedir suplementação, porque não houve demanda efetiva para que tratássemos o serviço e fizéssemos as coisas acontecerem e dessem resultado na ponta. Tivemos uma média, por exemplo, em 2023, 139% de execução sobre o que foi empenhado do PLOA, que nós mandamos. Neste ano de 2025, temos 96% já de execução, isso com dados de outubro. Então, estamos bem atentos a todas essas execuções para que executemos e façamos com que esse recurso chegue na ponta, para o que precisamos, que o acolhido ou que a pessoa necessitada seja atendida. Então, para 2026, pretendemos manter esse percentual de execução.

Aqui é um gráfico importante, porque estamos falando das fontes de recursos que temos na Secretaria de Assistência Social. Dá para perceber que o Tesouro Municipal é responsável por praticamente toda a execução. Não temos, embora o SUAS seja uma fonte, em que tenhamos que atender demandas do Brasil inteiro, porque sabemos que São Paulo é um município que... se fôssemos só nós da cidade de São Paulo, teríamos recurso suficiente, mas não somos. Então, como o SUAS não determina o que é e o que não é, temos uma diferença gritante com os recursos federais que são enviados. Por exemplo, agora em 2025, são 73 milhões contra 2 bilhões e 152 mil do Tesouro Municipal. Então, é uma situação que temos que

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 17 DE 99

pensar para fazer com que mais recursos federais e estaduais cheguem para que consigamos aumentar o nosso orçamento para atender melhor e executar melhor.

Aqui, temos a distribuição por função. Já estamos falando de 2026. A assistência à pessoa com deficiência, temos 89,013 milhões de reais para projeção de 2026. População de rua, PopRua, que é um dos um dos maiores valores colocados para assistência, são 870 milhões. Assistência à pessoa idosa, temos aqui 143 milhões, quase 144; assistência à criança e ao adolescente, 788 milhões. E operações, vou falar sobre essa assistência intergeracional também é um valor relevante, 178 milhões; administração geral, que é a máquina que tem que rodar 179 milhões; e as operações de baixa e alta temperatura, 51 milhões. Então, essa é a distribuição que temos dos 2,7 bilhões que foram encaminhados.

Um pouco daquilo que já vimos lá atrás, porque 92% de 2026, do PLOA é fonte do Tesouro Municipal. Temos aqui 2% de transferências estaduais, que são 65 milhões; mais 2% de federal, 66 milhões; e 91 milhões de operação de crédito, outro recurso que temos dentro da Secretaria, que temos que utilizar.

Aqui, temos os destaques: 89 milhões para a pessoa com deficiência, que está alocada na ação 6152, que é o Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência, serviços de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência, em residência inclusiva e Centro Dia para Pessoas com Deficiência.

Próximo slide, 144 milhões destinados à pessoa idosa. Nesse caso, falamos de proteção especial e proteção básica, que é o Centro Dia para Idosos; o ILPI, que é o Instituto de Longa Permanência para Idosos; o Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa; o Centro de Referência do Idoso (CRECI) e o Núcleo de Convivência para Idosos, que é o NCI; e algumas das demandas que temos entrando nesta linha financeira de 144 milhões.

Aqui, temos 178 milhões que são destinados a serviços intergeracionais, de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, que é o Centro de Convivência, de Fortalecimento de Vínculo, CCInter, o Centro de Desenvolvimento Social Produtivo para Adolescentes - CEDESP, o Restaurante-Escola, entre outros.

Aqui, temos um valor relevante, 788 milhões de reais destinados a crianças e a adolescentes, em que estão incluídas a proteção básica e a proteção especial, que são: o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, SAICA; o Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto; o Serviço de Proteção Social de Criança e Adolescente Vítima de Violência; Casa Lar; Família Acolhedora; República de Jovens; Centro de Juventude; Centro para Crianças e Adolescentes; e o Círculo Social.

Nós temos 870 milhões que são destinados ao PopRua, que são: Centro de Acolhimento, Centro de Acolhimento Especial, República para Adultos, Hospedagem, Vila Reencontro, Auxílio-Reencontro.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) - Vamos ouvir a conclusão, por gentileza?

O SR. RONALDO FERNANDES DE PAULA - Discutimos isso com calma.

O Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua, o Serviço Especializado em Abordagem de Crianças e Adolescentes e o Complexo de Serviços, que é o Arsenal da Esperança.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) - Conclua, por favor, Secretário.

O SR. RONALDO FERNANDES DE PAULA - Aqui, já vamos entrar no PPA, que é a linha de ação financeira de 2026 até 2029. Temos aqui, em 2026, uma projeção de 2,76 bilhões, 3,12 bilhões, 3,35 bilhões e 3,50 bilhões para 2029. É isso que temos de projeção para o PPA de 2026 a 2029.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) - Por favor, vamos ouvir o Sr. Secretário.

Terá o momento de a população falar, vamos lá. Não vai me interromper aqui não. Agora chega.

Por favor, Sr. Secretário, conclua.

O SR. RONALDO FERNANDES DE PAULA - Para concluir. No PPA de 2026 a 2029 também temos aquela discrepância de valores que são oriundos de outras fontes, como as fontes

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 437

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 19 DE 99

estaduais e federais. Então, aqui, continua e a tendência é aumentar também. Aqui nós estamos em 2026, 95% de fonte federal. E 95%, em 2027; 96%, em 2028; e 96,3%, em 2029. Essa é também uma situação que temos que sentar e discutir.

Temos uma projeção de valores para proteção da assistência à pessoa com deficiência para esses quatro anos, 401 milhões de reais divididos em uma projeção de 89 milhões em 2026; 95 em 2027; 104 em 2028; e 113 milhões em 2029. Assistência à pessoa idosa, esse é um ponto importante, temos, em 2026, 143 milhões; projeção para 2027, 153; 2028, 168; e 2029, 182 milhões. O total aqui projetado para esse período é 648.089 milhões.

A assistência à criança e ao adolescente tem uma projeção razoável. Temos 3,8 bilhões projetado para esse período também, que são: 788 milhões em 2026; 2027, 947; 2028, 1027; e 2029, 1104. Estou falando de 1,104 bilhão em 2029.

Para a população em situação de rua, também tem uma projeção parecida com os valores, temos aqui 3,8 bilhões para esse período, sendo: 2026, 870 milhões; 2027, 921 milhões; 2028, um bilhão e 2029, 1,76 bilhão.

Finalizando, aqui temos um programa ligado ao Banco Mundial, que eu acho relevante, um investimento de aproximadamente 600 milhões, com duração de cinco anos, que é: qualificar a oferta de serviços e benefícios para grupos populacionais específicos em estação de vulnerabilidade. É um projeto que temos em parceria com o Seplan. Eu entendo que isso é um investimento que é bem relevante para aquilo que temos dentro da Secretaria, porque vai atuar em algumas áreas que sentimos falta de orçamento.

Sr. Presidente, finalizamos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O Sr. Ronaldo terminou de falar.

Nobre Vereadora Luna Zarattini, Líder do PT na Câmara, por favor, venha para a Mesa.

Agora, do Grande Conselho, é o Sr. Nadir.

Uma observação, na fala do Sr. Nadir, vou reabrir por cinco minutos as inscrições, porque há vários pedidos aqui. Pode ser? Não pode ultrapassar 15 inscrições. Se não nos perdemos no tempo, ok? Temos um formulário de forma física que vocês têm de pegar ali na assessoria e colocar as manifestações e as reivindicações aqui.

O SR. NADIR FRANCISCO DO AMARAL - Bom dia a todos e a todas. Chamo-me Nadir Amaral, estou como presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa da cidade de São Paulo, gestão 23-25.

Eu queria agradecer à Mesa, nobre Vereador Jair como representante, a nossa Secretária, onde estamos alocados, a Sra. Regina Santana.

Aqui vocês estão vendo o que reservam para nós, pessoas idosas. Nós crescemos vertiginosamente e as proporções de recursos não acompanham esse número. Então, precisamos prestar muita atenção ao que vai acontecer nesses quatro anos que nós estamos vivos, lutando, tentando sobreviver nessa cidade, e fazer também com que as novas pessoas idosas que vierem prestem bem atenção, pois o que acontece agora vai refletir em vocês quando estiverem na nossa faixa etária. Então, prestem muita atenção ao que está acontecendo.

Os meus pares estarão ali fazendo as suas reivindicações. É um grande número de pessoas idosas. Nós estamos em todas as audiências, porque é lá que nós estamos, entendeu? Em todas! Em todas!

A Secretaria de PCD deixou bem claro que eles começaram pequeno e hoje tiveram um aumento de mil por cento. Precisamos de uma secretaria para pessoa idosa. Repito: precisamos de uma secretaria para as pessoas idosas.

Ficou bem claro: nós não podemos ser mais um programa com 2,3 milhões idosos, número que cresce vertiginosamente.

Prestem atenção: aqueles que acham que uma secretaria não vai dar resultado, a Secretaria PCD mostrou que sim, que dá resultado. É nela que veremos os nossos recursos sendo realizados, com esses detalhes: por quem, com quem, para quem e quanto, além de saber se isso deu resultado ou não. Por isso nós temos de lutar constantemente por uma secretaria

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 21 DE 99

para nós, pessoas idosas.

Peço mais uma vez que prestem atenção no que está acontecendo. Precisamos sempre estar juntos, não só as pessoas idosas, mas toda a sociedade, afinal, todos envelhecerão. Não é o que vocês querem? A longevidade?

Estamos tendo um selo na Ação Cidadão, sobre o qual ninguém comentou. Esse selo vai ser amigo nosso mesmo? Ele vai ser amigo do idoso? Hein?

Semana passada, houve um evento, claro que foi para o idoso, classe média - média alta, não para aqueles que batalham na ponta, certo? Mas tivemos. Então, prestem muita atenção no que está acontecendo nessa audiência e em todas as demais. Atenção em todas, porque o Recorte Idoso está lá, e precisamos saber quanto é reservado desse orçamento bilionário para nós, pessoas idosas. Essa é a palavra-chave: preste atenção.

E para encerrar, não preciso de 5 minutos, porque os meus amigos, os meus Pares falarão. Pessoa idosa é o jovem que deu certo. Vamos à luta. Vamos à luta em todos os espaços públicos. Só assim conseguiremos fazer com que a pessoa idosa seja vista. Não somos despesa, somos investimento. Votamos e sabemos o que queremos. Prestem atenção.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Gostaria de anunciar que a Vereadora Marina Bragante está nos acompanhando de forma *on-line*.

Vamos ouvi-los, então, neste momento, antes quero anunciar que estão encerradas as inscrições. Temos alguns na fila? Ok. Podem seguir por ali. Obrigado.

De forma *on-line*, chamo a Sra. Maria Aparecida Ribeiro Costa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Mas a inscrição foi presencialmente? Estava no meio das que fizeram *on-line*? (Pausa) A senhora é do Fórum do Idoso?

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA - Com certeza. Também estou.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Só saber se a senhora está na lista *on-line* e

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 22 DE 99

também na lista...

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA - Estou.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Nas duas?

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA - Sim, é que resolvi vir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tá certo. D. Maria sempre presente. A senhora tem três minutos.

A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA - Bom dia a todos e a todas. Vim cumprimentar a todos os componentes da Mesa.

Mas vim também pedir a discussão e a proposição, viu Sra. Secretária de Direitos Humanos, junto com todas as secretarias, de que seja feito um estudo para o desenvolvimento e implantação de um dispositivo contra a violência à pessoa idosa. Acho que isso deve partir da própria Secretaria de Direito Humanos, mas que seja um trabalho intersetorial.

Estamos sofrendo violência, todos nós pessoas idosas: violência institucional, por falta de vaga, por falta de investimento do Governo, e também violência patrimonial.

Além disso, temos bastante pessoas idosas portadoras de deficiência, viu Sra. Secretária da Pessoa com Deficiência, então, também idosos nessa condição e precisamos que vocês conversem entre si para que haja um dispositivo de proteção para nós. Devemos lembrar ainda que está aumentando o número de idosos que vivem sozinhos, principalmente pós-pandemia. Temos muitas pessoas sozinhas e precisamos de um dispositivo, e de mais orçamento para que aquele cidadão de idade mais avançada que necessite de socorro imediato e que esteja sozinha, possa pedir ajuda, seja um 0800, por exemplo. Sabemos que isso precisa de orçamento, de profissionais treinados e qualificados para dar essa escuta afinada e técnica.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, D. Maria. Continuamos no *on-line*. Sra. Antônia Ferreira de Freitas. (Pausa) Sra. Antônia? Tá bom, então.

A SRA. ANTÔNIA FERREIRA DE FREITAS - Bom dia à Mesa. Bom dia a todos que estão presentes. Queria dizer que a minha bandeira é a da pessoa idosa.

Queria dizer que participamos de todas as conferências e não queremos migalha, nem miséria. Precisamos de uma Secretaria, e vou perguntar ao Sr. Vicente Calvo, ao Nadir, se todos nessa Mesa sabem quantos idosos há na cidade de São Paulo. Quantos PopRua tem na cidade de São Paulo? Quantas pessoas deficientes há na cidade de São Paulo? São 2,3 milhões de pessoas idosas. São 8 milhões no estado de São Paulo. E no Brasil, são 40 milhões.

Então, quero repetir o seguinte: não precisamos de migalhas, nosso dinheiro é desviado para todo e qualquer destino que querem. Nenhum CEI foi feito para a Secretaria SMADS e de Direitos Humanos. Nada nos foi respondido até hoje. Nem o Tribunal de Contas me deu o projeto da pessoa que está usando o ginásio de esportes. Ninguém. Não adianta dar dinheiro para SMADS se não houver fiscalização.

Na região da Mooca tem mais de 30 CTAs. Quando os nossos são abordados, eles dizem que estão assistidos no CTA, mas estão dormindo na rua. Quem fiscaliza isso? O Tribunal de Contas? A Secretaria? Vocês? A carta aberta está aí, faz cinco meses que estou pedindo e denunciando SMADS.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Concluindo.

A SRA. ANTÔNIA FERREIRA DE FREITAS - Participei de todas as audiências do idoso, da Secretaria de Ação Social e da Secretaria de Direitos Humanos e ninguém quer fazer nada! Nem para o idoso, nem para o morador de rua, nem para nada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado D. Antônio.

Próximo orador é Ewerton Barros Xavier da Silva. (Pausa) Ewerton? (Pausa) Sra. Maria José de Freitas Andrade.(Pausa) Maria José de Freitas Andrade. Próxima, Sra. Fabiana Pellegrino Flandes. (Pausa) Sra. Fabiana? (Pausa) Tudo *on-line* que estou chamando. Quero encerrar logo essa lista. Faltam dois nomes. Meire A. Rastelli. (Pausa) Meire? (Pausa) ok.

Priscila Aparecida dos Santos Bastos (Pausa) Priscila Aparecida dos Santos Bastos. A Priscila está presente? (Pausa) Três. Dois minutos, está bem? Obrigado pela compreensão. É para ouvir todos vocês e manter pontualmente.

A SRA. PRISCILA APARECIDA DOS SANTOS BASTOS - Bom dia a todos da Mesa

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 24 DE 99

e a todas as autoridades. Meu nome é Priscila. Sou Presidente do Instituto IBCC Caicai, localizado na região do Guarapiranga.

Cerca de 50 mil habitantes dali são marcados por desafios sociais e poucas oportunidades de esporte e lazer. Há mais de 20 anos, nosso instituto acolhe transforma vidas por meio de muitos projetos sociais.

O nosso projeto de Artes Marciais, por exemplo, nasceu no desejo do cuidado contraturno com as pessoas do nosso compartimento social. Também abrimos esse espaço para adultos com mais de 60 anos, no qual abrange toda a nossa comunidade, buscando saúde e equilíbrio emocional para a vida deles. Aliado a tudo isso, oferecemos o propósito de que cada treino represente um gesto de transformação de fé com a nossa comunidade.

As fotos dos nossos projetos estão disponíveis para todas as autoridades presentes nesse dia.

Desejo o comprometimento de cada um e minha presença é em nome de toda a minha comunidade, que imenso represento, solicitando a verba e o investimento de um projeto de assistência social que abrange também todo o público da terceira idade e da melhor idade, que representa o meu local.

Muito obrigado. Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Priscila.

Próxima oradora é a Carmem Guilherme. (Pausa) Carmem Guilherme? (Pausa)

Quero ouvir o Presidente do Comas que veio à nossa audiência. Cadê ele? (Pausa)

Por favor, o primeiro inscrito é o Presidente do Comas. Em seguida, o Seiti.

Por favor, qual o nome do nosso amigo, companheiro, apresente-o para nós. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO PANICO - Agora, sim. Com som. Bom dia. Agora, som. Muito obrigado pela deferência, por ter me chamado também. Prometo ser breve, Sr. Presidente Jair Tatto. Gostaria de cumprimentar todos à Mesa, também e, especialmente, as secretárias Regina Célia, Silvia Grecco e a Cassia, minhas colegas de trabalho. Sou Presidente do Conselho

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 25 DE 99

Municipal de Assistência Social de São Paulo, o COMAS - SP. Tenho a honra de presidir esse conselho pela segunda vez.

Meu nome é Marcelo Panico, sou cego, então vou fazer uma breve audiodescrição: sou um homem branco, 57 anos de idade, sou calvo, poucos cabelos grisalhos. Estou vestindo um terno preto risca de giz, uma camisa cinza também listrada e uma gravata cinza. Tenho 1m65cm e estou muito bem acompanhado do meu grande amigo, parceiro e cão-guia, o Rudy. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bem-vindo.

O SR. MARCELO PANICO - O Mr. Rudy é um cão-guia norte-americano.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO PANICO - É lindo mesmo. É um labrador amarelo-claro, com dez anos de idade, vai se aposentar o mês que vem. Vai se aposentar e fiquem felizes porque não vai mais pegar o metrô cheio, nem me desviar das calçadas. Vai ficar em casa só descansando.

Tive a oportunidade de saber essa semana que fui escolhido para fazer um treinamento com um novo cão-guia. Vai ser um novo recomeço para mim, esse cão novinho, com um ano e meio de idade será treinado e espero que seja tão competente como Rudy.

Meu pedido de fala Srs. Vereadores é com relação ao desafio que temos enquanto conselho municipal de assistência social, principalmente nessa questão orçamentária.

Como os senhores sabem, não temos uma lei no município, no estado e no país que garanta um percentual do orçamento para a nossa assistência. Historicamente, brigamos, no bom sentido, por 5% do valor do orçamento que, nesse ano de 2025, foi de 120 bilhões para a cidade, portanto próximo de seis bilhões para a assistência social.

O orçamento que a SMADS apresentou e foi aprovado por esse conselho é muito próximo disso: são 5,2 bilhões. Nosso Chefe de Gabinete Dr. Ronaldo trouxe, com todo o respeito, doutor, uma pressão orçamentária de 2,7 bilhões. É bastante dinheiro, mas não é isso que precisamos.

Precisamos para que os serviços, os equipamentos, todos os dissídios, as parcerias

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 26 DE 99

dentro da cidade de São Paulo hoje, ou seja, para 2026, os Srs. Vereadores atendam o nosso pedido, o qual foi aprovado no COMAS, que é de 5,2 bilhões, muito próximo de 6%, ok?

A minha fala é essa. Sou advogado e administrador de empresas, mas tenho dificuldade com números. No entanto, só teremos essa melhoria dentro da área da assistência social com esse recurso. Temos aprovada, no conselho, uma nova tipificação, a Nova 46, famosa, com serviços que levam a assistência social à modernidade de que a cidade precisa, mas sem dinheiro não conseguimos concretizar isso.

Portanto, Srs. Vereadores, compreendo e respeito a área de educação, pois trabalho na Fundação Dorina Nowill para Cegos que fará 80 anos em 2026. A primeira professora cega do Brasil foi a Sra. Dorina de Gouvêa Nowill. Então a área de educação é fantástica, só que ela tem 22% da constituição do Orçamento. Também compreendo a área da saúde e ela tem igualmente 22%, mas a assistência social não tem nem o percentual. Estamos verificando, inclusive com sua fala, Dr. Ronaldo, um pouco mais de 2% do Orçamento desse ano, porém, precisamos de 5%.

Srs. Vereadores, encerro minha fala, conto com apoio de vocês e muitíssimo obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Marcelo. Agora o Sr. Seiti Takahama, do Grito dos Excluídos. E em seguida, Sra. Norma Neres, do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

O SR. SEITI TAKAHAMA - Bom dia a todos e a todas, em nome das mulheres, cumprimento toda a Mesa.

Ronaldo, me perdoe, mas acho que temos de ser mais honestos com todos numa prestação de conta ou no orçamento. Estamos falando de PPA.

Quando você apresenta 870 milhões de reais de investimento no modo geral, e você coloca o programa Reencontro, mas ao olharmos o Orçamento para 2026, não tem absolutamente nada. Estamos tentando observar mais para poder entender, pois não dá para fazer a junção, num bojo só.

Acho que tem de definir ponto a ponto para que pudéssemos ver claramente a questão dos próprios orçamentos e investimentos. Temos de ser muito honestos conosco mesmo, porque estamos tratando do PPA no sentido de que a cidade possa fluir e trabalhar dignamente. Acho que é esse o ponto.

Esses 870 milhões que você apresenta, não conseguimos encontrar. Não conseguimos ver e, inclusive, a parte de investimento está menor para 2026. Além do que não está apresentado esse valor. Gostaria de entender onde é que está esse valor para investimentos de um modo geral.

Só assim poderemos, realmente, traçar e trabalhar, além, claro, de entender, como eu disse, onde você o está direcionando. Acho que a honestidade tem de ser, de um modo geral, clara para todas as secretarias que estamos tentando vigiar, olhar mesmo no Orçamento. É um papel fundamental olharmos esse orçamento.

E quando o olhamos, vocês trazem muitos números, mas, para mim, a decepção é quando se expõe a questão da própria apresentação de contas da secretaria da deficiência de um modo genérico, pois aparece um número quantitativo, porém precisamos de dados reais para sabermos realmente como estão essas questões de investimentos.

Olhando todo o orçamento como você apresentou, mostra a assistência, coloca a pessoa idosa, mas a pessoa idosa, no modo geral, acaba se tornando invisível dentro do próprio orçamento. Esse orçamento não demonstra nada que possa realmente beneficiar ou trabalhar as questões das pessoas idosas.

E olhando para outras secretarias como um todo, a assistência e o desenvolvimento social, percebemos o programa Reencontro, que aparece novamente, vamos lá, deixa eu passar rapidamente, pois o tempo urge. Vamos à parte final, dos Direitos Humanos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. SEITI TAKAHAMA - Temos os direitos humanos no modo geral. Então vocês apresentaram, a Regina Santana demonstrou o Fundo, mas vejam isso: a pessoa idosa realmente desiste, pois percebe que tem uma diminuição no próprio orçamento para 2026. É

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 28 DE 99

algo absurdo quando se trata dos direitos humanos.

Estamos atentos, porque vocês colocam que houve aumento, mas esse aumento está onde? Vocês apresentam sempre aumento, mas não mostram realmente a diminuição que houve. É por isso que digo que temos de ser honestos, ou seja, apresentar onde foi diminuído o valor para o próximo ano 2026, na LOA 2026.

Estamos debatendo a LOA e para debatê-la temos de colocar onde tem um investimento maior e onde há redução. E a redução é drástica nessas questões, principalmente da pessoa idosa. Você não encontra esse aspecto.

E olhando também a área da pessoa com deficiência, igualmente como um todo, encontramos bastante dificuldades nesse sentido também. Deixe eu localizar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Seiti, conclua, por favor.

O SR. SEITI TAKAHAMA - Concluo. É que o orçamento é complexo. Ele é bem complexo para nos posicionarmos em tão pouco tempo.

Então na Deficiência. (Pausa) Assistência Social e Deficiência. Vamos lá.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. SEITI TAKAHAMA - Vocês colocam que houve quatro Mãe Paulistana, porém, olhando o orçamento não há nenhum recurso nem para 2025. Também achei estranho, afinal, como se inaugura quatro Mãe Paulistana e não apresentam absolutamente nada.

E olhando o TEA, o centro de tratamento dos autistas, vocês dizem ter empenhado, em 2025, o valor de 25 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Seiti, por favor, precisa concluir.

O SR. SEITI TAKAHAMA - Concluindo. Então há contradições enormes e gostaria que vocês fossem, realmente, muito honestos nessa prestação de contas, que apresentassem o que estão reduzindo e onde; e também quanto e onde estão aumentando? Vocês apresentam onde estão aumentando, mas não mostram a redução, está ok? Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Seiti.

Sra. Norma Neres. Em seguida, Vita Aguiar. Por favor, Norma, cumpre os 3 minutos?

A SRA. NORMA NERES - Três minutos, tá bom. Quero agradecer à Mesa e a presença de todas as pessoas nesse evento. Fiz uma colinha porque o tempo ruge, mais que urge.

Quero lembrar que temos na cidade de São Paulo, 54 CRAS, 32 CREAS, 6 Centros POP e uma Coordenação de Pronto Atendimento.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social oferta 158 serviços para a população idosa na cidade. A porta de entrada desses serviços são justamente o CRAS, o CREAS e o Centro POP. E agora vem a minha observação.

São inúmeras as queixas que nós trabalhadores da ponta recebemos, diariamente, dos usuários desses serviços. Isso acontece há décadas.

Penso que essas solicitações e pedidos de ajuda repetem-se de três em três anos. Se formos observar, falamos das mesmas questões de três em três anos e nada se resolve. Não conseguimos mudar os temas, pois não temos resultados positivos para a população crescente dos idosos no município.

Esqueci de me apresentar, sou a Norma Neres, sou do Conselho da Pessoa Idosa e Coordenadora do Fórum da Pessoa Idosa, e também assistente social.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Norma.

A SRA. NORMA NERES - Estava falando há pouco: quem já não ouviu falar nesta Casa as reclamações referentes a: dificuldade de acesso a serviços; barreiras geográficas; ausência de unidade em áreas remotas; falta de funcionários especializados nos serviços de atendimento aos idosos; falta de equipamento e outros investimentos para vigência do planejamento de três anos; os resultados desses planejamentos não correspondem, na sua prática, a um terço do que estava proposto, nem nada dos pedidos feitos.

Como representantes da sociedade civil, dos conselhos municipais, estamos perdendo a credibilidade e virando motivo de chacota.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Conclui, por favor.

A SRA. NORMA NERES - Somos bons ouvintes da demanda que nos chegam, mas

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 30 DE 99

somos impotentes em dar respostas positivas e realizar um trabalho afirmativo que atenda esses pedidos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Já estourou o tempo, D. Norma.

A SRA. NORMA NERES - Ok, mas gostaria de deixar esse recado e de saber da falta que tem, da carência que tem o serviço social na cidade de São Paulo. Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, D. Norma. Por favor, agora, a Sra. Vita Aguiar de Oliveira. Depois, o Carlos Alberto, também do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA - Olá, bom dia a todos. Cumprimento todos os membros da Mesa, na pessoa do Nadir, e também do Deputado Marcelo Messias, perdão, Vereador Marcelo Messias. Ora, quem sabe um dia será.

Trago a questão das doenças raras. Nós das doenças raras precisamos de financiamento com rubrica própria. Por quê? Porque temos mais de 900 mil pessoas vivendo com doenças raras no município de São Paulo. No estado, então, é o dobro do dobro.

A Sílvia traz 1,2 bilhão de pessoas vivendo com deficiência. A grande maioria das pessoas com deficiência, saibam, elas têm algum tipo de doença rara. Portanto, é um trabalho que precisamos levar muito a sério.

As pessoas com doenças raras precisam de uma ILPI, mas não é um ILPI de idoso. Porque, por lei, os nossos doentes não chegam aos 60 anos. A maioria morre. Até os 60 anos essa pessoa morre. Então já não tem esse direito de ser acolhida dentro de um centro de pessoas idosas com doenças raras.

Nossa grande reivindicação é a questão do financiamento. Exemplo: a doença de Huntington, ela se manifesta do nada, você está bem e, de repente, você começa com um movimento involuntário, perde a fala, vai para uma cadeira de roda, a pessoa fica totalmente dependente. Então essa é a grande necessidade.

Mas como seria uma casa de acolhimento? Com pessoas capacitadas para tratar,

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 31 DE 99

assim como as pessoas existem, para os indivíduos com deficiência intelectual, ou mesmo autista, eles necessitam de profissionais adequados e capacitados para receberem uma qualidade de vida melhor e, assim, ser inserida na população.

Então deixo esse recado nessa questão da ILPI para assistência social. Até gostaria de saber, porque conheço, é uma pena que haja uma única ILPI de idoso, que fica na Vila Mariana. Parece que aquilo não existe para pobre, aquilo lá para quem realmente precisa não consegue nem chegar. Se quisermos fazer uma visita, não pode. Não pode visitar? Então é algo extremamente fechado.

E quando você vai no ILPI de idoso, a média de 4,5 mil para cima. Onde estão esses convênios das ILPI para idoso mesmo? Porque para pessoa com doença rara não temos. E também não conseguimos inserir ninguém, a não ser com um juiz que veja com clareza, na verdade, com piedade, porque tem de ter piedade mesmo, e também compaixão para poder dar uma sentença, porque, é naquele momento, que se abre o convênio para atender aquela pessoa.

Em relação ao PopRua, a pessoa como morador de rua, vejo assim: o abandono das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Por favor, conclua.

A SRA. VITA AGUIAR DE OLIVEIRA - Gente, ontem mesmo, deparei-me com um indivíduo jovem com duas crianças. Pessoa jovem colocando suas filhas para pedir esmola. Falei para ele: “O senhor está numa fase produtiva, por que o senhor não vai trabalhar, não deve deixar suas filhas assim, o Conselho Tutelar pode lhe tirar as crianças”. E ele sorriu, com os dentes em puro ouro. Perguntei: “O senhor é cigano?” Ele respondeu que sim e ainda completou: “O Conselho Tutelar não tira meus filhos, não temo a lei”.

Precisamos ver tudo isso. E a assistência social tem de estar ali, rodeando tudo, cercando essa cidade e olhando a problemática em que se encontra a população em situação de rua, junto com os direitos humanos, porque é impossível conviver com isso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Terminando, obrigado. Por favor, Carlos Alberto

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 32 DE 99

e, em seguida, a Sra. Lia Déborah. Agradeço se aterem aos três minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO - Bom dia para todas e todos. Meu nome é Carlos Alberto, sou Conselheiro Suplente, representando o Movimento Popular Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência, dentro do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Reafirmando: sou conselheiro suplente.

Há mais de 30 anos, estou nesse movimento e, atualmente, na Casa colaboro com o mandato da vereadora Keit Lima, inclusive, Sra. Secretária, Srs. Vereadores, temos 2 projetos de lei, sendo um que dispõe sobre o Programa Paraoficina, e outro, para todos os Vereadores que é a formação da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência.

A Câmara Municipal de São Paulo é uma das poucas casas de leis que não tem, e aliás, sendo o Legislativo da maior cidade da América do Sul deveria ter, a Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência, talvez, porque seja um tema que não interessa muito. Então, com muito custo, conseguimos convencer os Vereadores para que exista uma Frente Parlamentar. Aproveito para pedir aos Vereadores presentes que apoiassem essa iniciativa.

O tempo é curto, não é? Peço que coloque um pouco mais próximo. (Pausa) Isso. Eu gostaria - o tempo é curto - de falar do Orçamento. A gente vive um momento muito interessante, a gente não fala mais de falta de dinheiro. Eu lembro que nos bons anos de 1980, 1990 até 2000, falava-se: "O cobertor é curto, falta dinheiro". Hoje, não. Hoje sobra dinheiro no Orçamento do município de São Paulo, mas a gente tem um problema - e aí quero fazer um debate bastante respeitoso e civilizado - de gestão.

A primeira questão é a seguinte: a Convenção da ONU e a lei brasileira da pessoa com deficiência, de inclusão, a LBI - Lei Brasileira de Inclusão, ela fala que, para uma política transversal ser eficiente e eficaz, a gestão tem que ser de meio e não de fim.

Então, quando a política, a gestão é de meio, você faz com que os recursos permeiem toda a gestão pública, porque a pessoa com deficiência é mulher com deficiência; pessoa com deficiência mora em todos os cantos da cidade, aliás, na maioria, nas periferias; e precisa de saúde, educação, habitação, trabalho. Então, ela precisa ser transversal. A Prefeitura

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 33 DE 99

toma uma opção - e cabe, sim; é direito da Prefeitura optar: “Não, nós vamos gestar o recurso para as pessoas com deficiência numa secretaria de fim”.

Optando por isso, a Secretaria tem um outro problema, que é de gestão, que são ações que eu diria que são pontuais. A conta nunca vai fechar. Por mais que o centro TEA seja um centro de referência -e é mesmo, eu não duvido nisso -, mas sempre vão haver pessoas que não serão atendidas, porque é um centro, não dá conta, você precisa de uma rede.

E aí, quando se fala de política para a pessoa com deficiência, política de inclusão e acessibilidade, nós temos na maior cidade da América Latina, ilhas de acessibilidade...

- Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Carlos, agora seu tempo acabou.

O SR. CARLOS ALBERTO - E ilhas mal-acabadas. Você não consegue pegar o ônibus porque você não consegue sair da do seu portão para pegar... para acessar o ponto de ônibus. Você não consegue ter acesso a uma saúde de qualidade porque o lugar de saúde bom é muito longe da sua casa. Você não tem uma educação inclusiva porque a maioria das escolas não aplica a educação inclusiva. Então, tem um problema de gestão - eu concluo em dez segundos - A gente precisa discutir gestão pública, para cumprir as políticas públicas. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Carlos, obrigado, preciso chamar a próxima oradora. Obrigado, Carlos. Próximo orador é a Lia Déborah, do Coletivo Envelhecer, por favor.

A SRA. LIA DÉBORAH - Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa e a plateia sem destaque. Todos são iguais na importância.

Eu participo do Coletivo Envelhecer e também do Fórum em Defesa dos Direitos Humanos. E quero ressaltar minha tristeza quando eu vejo o volume de recursos aplicados na área do idoso - quer ser nas ciências sociais, quer seja nos direitos humanos.

Parece que não estamos nos dando conta da virada da pirâmide demográfica. Não estamos entendendo a realidade. Como podemos dirigir uma nação sem entender o que está

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 34 DE 99

acontecendo na cidade de São Paulo? Os idosos sozinhos aumentam a cada dia, bem como a situação de vulnerabilidade, de risco social e de fragilidade.

Mas, como assistente social que sou, quero destacar a questão da assistência social, e dizer que o CRAS, o CREAS e o Centro POP são operadores diretos, têm que ter funcionários públicos, são necessários concursos públicos, porque a busca ativa dos idosos - mas não apenas deles - se dá através dessas unidades estatais. Sem esse investimento, gente, a rede fica desequilibrada. Tem que haver uma total implantação do SUAS.

E assim, quem sabe, virão recursos federais, virão recursos estaduais. Então, eu quero frisar que, mais do que uma estrutura administrativa para a questão de idoso, a gente precisa de orçamento. Não temos redes de atenção completas quase que em nenhuma subprefeitura. Precisamos ser responsáveis por essa população que cresce a cada momento. Isso não significa esquecer a população de rua, não significa esquecer a criança e o adolescente.

Mas não é possível continuar a não investir na questão da pessoa idosa. É uma questão de direito humanos, é uma questão da assistência social, da saúde, da habitação. Estamos exaustos. Queremos acreditar no futuro. Por favor, nos deem esperanças. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Próximo orador, Malu de Alencar, por favor.

A SRA. MALU DE ALENCAR - Bom dia, meu nome é Malu de Alencar. Eu faço parte do coletivo Cidade do Cuidado, que é um coletivo novo, a gente surgiu praticamente em janeiro agora e, depois de analisar toda a cidade, todas as propostas, a gente sentiu que São Paulo está uma cidade totalmente abandonada - daí a Cidade do Cuidado. Que tipo de cuidado? Em todos os sentidos: no transporte, nas ruas, na iluminação, nas construções que são feitas a de uma maneira terrível na cidade de São Paulo.

Nem sequer a infraestrutura de manilhas, de esgoto e de água são verificadas. Há casos de manilhas de 1925. Pinheiros está totalmente abandonado também nesse aspeto. Então, o que a gente propõe é: fomos procurar a sociedade civil, fizemos uma proposta, um projeto que e fizemos um diagnóstico de algumas regiões centrais. A primeira foi na região da

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 35 DE 99

Santa Casa de Misericórdia e tivemos apoio da sociedade civil, de empresas, de faculdades - porque nós precisamos ter embasamento correto para isso.

A iluminação é totalmente falha, bem como a sinalização. A cidade está totalmente abandonada. Então, o nosso projeto é um projeto que quer tornar São Paulo uma cidade mais humana. E nós dependemos da sociedade civil e dependemos, principalmente, da atuação do Poder Público na fiscalização e na responsabilidade das leis.

Então, o coletivo Cidade do Cuidado abrange praticamente todos os segmentos da cidade, e a gente conta com a participação de todos. É isso que eu queria falar. Vale a pena a gente conhecer o nosso projeto, que abraça praticamente toda a cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, D. Malu. Próximo orador, Maria Nazaré, do Fórum de Assistência Social. E em seguida, vai ser a Miriam Pimentão, por favor.

A SRA. MARIA NAZARÉ - Eu não vou cumprimentar ninguém, porque não dá tempo. Mas, enfim, eu gostaria primeiro de chamar atenção para uma coisa que me causou estranheza e, além disso, tem me causado estranheza já há muito tempo.

É impressionante como o COMAS apresenta um orçamento de 5,2% e a Secretaria não apoia esse orçamento, a qual apresenta um orçamento menor do que aquele que o COMAS apresentou. A própria Secretaria, que é quem vai executar os serviços, simplesmente desconsidera a proposta do COMAS e apresenta um orçamento abaixo daquilo que o COMAS estudou. Então, isso é uma coisa que causa estranheza. Mas me causou estranheza ainda é que, no início da apresentação, o chefe de gabinete ainda falou assim: "Não, mas o orçamento está bom." Ele não está de acordo com o COMAS e o chefe de gabinete ainda acha que ele está bom. Porque foi isso que ele falou quando a gente brincou ali que a voz estava baixa, igual ao orçamento. Então, isso chama atenção.

A segunda coisa que eu gostaria de reforçar... primeiro, que a gente quer defender o 5,2%. O COMAS fez um estudo sério. Lá dentro do COMAS há representantes do Poder Público e representantes da sociedade civil. Então, a gente gostaria de pedir a recomposição desse orçamento, segundo a proposta do COMAS, e gostaria também de perguntar para a Secretaria,

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 36 DE 99

para a SMADS, nesse orçamento - porque ele não está detalhado, então a gente não consegue entender - o que cresceu, o que diminuiu.

A gente entende um pouquinho porque a gente estudou. Aliás, é importante falar que nós fizemos curso de orçamento nesta Casa. Então, a gente está ficando cada vez melhor para discutir o Orçamento. A gente vai melhorando cada vez mais. Então, a gente gostaria muito de agradecer a Liderança do Partido dos Trabalhadores, que proporcionou um curso para todo mundo que quis participar. Então, a gente vai aprendendo também com isso. Então, é bom. (Palmas)

Eu queria perguntar se, dentro dos contratos da proposta da SMADS, dentro do contrato com as organizações da sociedade civil, está previsto o reajuste dos serviços, não só dissídio dos trabalhadores, como também o reajuste de todos os itens de despesa. (Palmas)

E gostaria de chamar atenção, e é importante: queria muito que o relator acompanhasse esse raciocínio nosso, tanto o relator como o Presidente, porque nós estamos há três anos gente sem receber o reajuste. Recentemente, por conta de um ato que o FAS organizou, fomos chamados para a conversa. E aí eles repassaram dez meses que eles ficaram devendo de 2023-2024, sem nenhuma correção monetária. Aí, agora falaram que vão repassar o de 2024 e o de 2025, mas não tem a data ainda. E já veio e já veio o outro dissídio, que a gente não tem de onde tirar.

Se a gente não cuidar do orçamento, a assistência social não tem condições de seguir. E outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Finalizando rapidinho, por favor.

Primeiro, a gente precisa do SUAS para ter recurso. Eu queria só dizer também que os recursos que vêm de fora - isso é importante - são reprogramados, reprogramados e devolvidos. A gente tem devolvido recursos. É importante que todo mundo saiba. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Próximo orador, Marcos Munis.

O SR. MARCOS MUNIS - Bom dia, sou Marcos Munis, trabalho na Liga Solidária, membro da suplência do COMAS. Quero agradecer a possibilidade de cumprimentar a Mesa.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 37 DE 99

Faço coro aqui em relação ao que o COMAS apresentou em relação à proposta orçamentária para o ano que vem: 5,2. Vale lembrá-los que a gente não está falando só do Orçamento de 2026, a gente está falando de uma projeção até 2029.

Então, a gente queria que vocês apoiassem e marcassem esse golaço, inclusive porque no ano que vem a gente precisaria tratar aqui de outros assuntos: o impacto da assistência, o monitoramento e avaliação dos programas, a questão intergeracional, que foi tratado aqui, para a gente poder avaliar isso com cautela, para a gente não voltar aqui no ano que vem para falar de novo, já que a gente já sai este ano com 400 milhões negativos comparados à projeção.

Então, para aquilo que já falaram, hoje já entramos em 2026 com 400 milhões a menos. Então, isso é uma coisa grave, que vai impactar nas bases, inclusive porque são as organizações que apoiam e atuam nessa política. E devo dizer que o COMAS é paritário com membros do governo. A Comissão de Finanças e Orçamento monitora o orçamento toda semana.

Então, isso que a gente traz como 5,2 não é uma coisa que sai de uma cabeça, de alguém da gente que está aqui pedindo dinheiro; mas sai daquilo que a gente tem, que são 200 mil atendimentos no dia, entre assistência nas proteções básica e especial. Há a questão da população de rua. Há, para ano que vem, uma normativa do Ministério do Trabalho que trata da saúde mental de dos trabalhadores. Isso é uma coisa que já vai dar uma pressão a mais em relação a isso. Não tem previsão orçamentária, por mais que a gente tenha debatido isso no Conselho.

Então, o que a gente está pedindo é que a gente tenha um equilíbrio entre o orçamento entre o PIB municipal, as pastas que estão na seguridade - saúde e educação e a assistência -, que não têm projeção orçamentária. Se a gente entrar em janeiro com contingenciamento de 10%, imaginem o colapso que vai ser. Então, a gente está falando de coisas que são dados reais. Assim, a proposta é que a gente mantenha a previsão aqui, conforme o COMAS trouxe, e que a gente tenha o apoio desta Casa e dos Srs. nobres Vereadores.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 38 DE 99

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Marcos. Próximo orador, Peterson, por favor. Em seguida, Ana Carolina.

O SR. PETERSON KLEBER - Bom dia a todos. Eu sou Peterson. Faço uma representação como suplente do COMAS. Fico muito indignado porque onde eu moro, que é a Subprefeitura da Vila Prudente... a Vereadora Edir Sales não está aqui no momento, nem o outro lá, mas eu venho relatar e defender o direito da criança e do adolescente - mais do adolescente, na minha região.

Da última vez que eu vim aqui, falei com a Mesa. Há um adolescente que ele tem uma síndrome, que é o autismo. São duas crianças, eles perderam a mãe. É um problema que há dez anos já acontece lá na região de saneamento básico. Eles recolhem o próprio dejetos para jogar na rua. Eles fazem isso todos os dias. Provavelmente, vão passar mais um Natal fazendo isso. Já fui até à Prefeitura - por isso, citei a Vereadora Edir Sales, porque ela bateu a porta três vezes na minha cara. Ninguém consegue me receber. Assim, eu fico indignado com isso.

Peço à Mesa - se eu puder, peço de joelhos - para que se possa pelo menos dar uma assistência a essa família, que fica na rua Bento Sabino dos Reis, nº 166. Eles necessitam de ajuda, são dois autistas, a família também tem uma enorme necessidade.

E, para a nossa região lá da Subprefeitura, no nosso Distrito de Vila prudente, nós precisamos de um Conselho Tutelar para a Vila prudente, São Lucas. O Conselho Tutelar lá está sobrecarregado. A cada cem mil habitantes, tem que haver um Conselho Tutelar. Nós estamos chegando a 300 mil pessoas lá e vários edifícios sendo levantados, e nós não temos essa assistência - nem pela Prefeitura, nem pelos órgãos competentes lá na região.

E eu peço aqui pelos direitos humanos também, que se tenha um olhar para o Distrito São Lucas, Vila Prudente. É isso que eu peço a toda Mesa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Peterson. Dona Miriam Pimentel. Desculpa, Miriam Pimentão.

Só vou voltar um pouquinho na Miriam Pimentão. Pode ser, Ana Carolina? Eu a pulei, mas já volto com você.

Miriam Pimentão, seu tempo.

A SRA. MIRIAM PIMENTÃO - Obrigado. Cumprimento a Mesa e todos os presentes.

Meu nome é Miriam. Eu venho aqui em nome do Fórum da Pessoa Idosa da região de M'Boi Mirim, representando também um coletivo dos fóruns da pessoa idosa da cidade de São Paulo.

Bem, hoje estou aqui para solicitar e para falar da necessidade da ampliação e da adaptação de instituições de longa permanência na cidade de São Paulo. Somos dois milhões de idosos na cidade de São Paulo. Temos apenas 18 instituições de longa permanência na nossa cidade. A necessidade de uma ILPI de grau 3, que é o nível mais alto de dependência dessa pessoa idosa, é apenas uma na cidade de São Paulo, e não está contemplando a necessidade de olhar para essa pessoa, para essa população idosa, que está numa situação de fragilidade, de abandono, de negligência, de violência.

Então, a gente aqui pede um olhar para essas instituições de longa permanência. Mas aí, gente, eu falo assim: "Como pedir, se a Assistência, o lugar em que me formei como assistente social, ao chegar aqui, tenho que escutar isto: 'Não temos verba suficiente para poder atender a nossa população.' "

Precisamos que seja ampliado esse orçamento. A Assistência é necessária na nossa cidade e, sem ela, muitos ficarão desamparados. Essa é minha fala. Muito obrigada. (Palma)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Miriam. Anuncio a presença do Vereador Senival.

Ana Carolina Melo, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA MELO - Bom dia, eu sou Ana Carolina. Sou do gabinete da Vereadora Janaina Paschoal e tenho algumas questões em relação... Aproveitando o tema ILPI, meu primeiro apontamento é que na LOA só há a manutenção e operação de equipamentos destinados à pessoa idosa, mas não há tem nenhum para uma construção, Vereador, de nenhum ILPI, nem nada desse tipo. Como já foi mencionado aqui em várias outras audiências, é uma

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 40 DE 99

demanda crescente da população.

Então, eu queria saber se existe, enfim, alguma projeção da própria Prefeitura ou da Secretaria para a construção desses ILPIs.

A outra questão é relacionada à Secretaria do Deficiente, porque a gente vê que, dos 82 milhões voltados para as pessoas com deficiência, políticas para pessoas de deficiência com deficiência, 80 milhões são destinados só para o TEA. Então, também a gente precisa olhar para as pessoas com doenças neurológicas, doenças raras, outras doenças paralisantes. Então, de 82, 80 serem só para o TEA? A gente acredita que também se precisa dar uma pulverizada. Assim, a gente queria alguma explicação também da Secretaria

Em relação à Casa da Mãe Paulistana, que trata do acompanhamento das gestantes, a gente só vê um investimento de cinco mil reais, uma previsão orçamentária. Só que, por outro lado, é necessário também que haja um acompanhamento das mulheres em situação de vulnerabilidade, para que esse acompanhamento da gestação também não traga riscos nem para mãe e nem para o bebê. Enfim, Vitaminas. Nós, mulheres sabemos que esse acompanhamento pré-natal é essencial para que as crianças nasçam saudáveis e também as mães tenham um acompanhamento.

Então, a gente também queria um esclarecimento da Secretaria sobre esse ponto. Então, por enquanto é isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigada, Ana Carolina.

Próxima oradora, Jéssica Carolina. Depois, a Paula Ituassu. Obrigado.

A SRA. JÉSSICA CAROLINA OLIVEIRA - Bom dia, sou Jessica, sou trabalhadora da AVIB, a Associação de Voluntários Integrados do Brasil, e estou como gerente de serviço do CDCM - Centro de Defesa e Convivência a Mulheres vítimas de violência doméstica.

Estamos aqui para expor uma situação crítica que compromete a continuidade e qualidade do trabalho de enfrentamento à violência contra a mulher: a defasagem orçamentária que atinge os CDCMs.

Nos últimos anos, a verba de custeio dos serviços não recebeu qualquer ajuste

quanto aos custos de funcionamento, especialmente os de recursos humanos, que aumentaram de forma significativa. A partir de 1º de julho de 2024, entrou em vigor a convenção coletiva que estabelece o reajuste salarial de 5% e define novos pisos obrigatórios para todos os profissionais das entidades conveniadas.

Em julho deste ano, tivemos mais um dissídio, de 2025 a 2026, que aumentou 5,5%, o que soma dois dissídios ainda não repassados.

Um agravante é que todos os CDCMs, que estavam em SMADS e que estão hoje em Direitos Humanos, estão sem previsão para que os repasses sejam devidamente feitos. O resultado é que as entidades gestoras estão sendo obrigadas a fazer o impossível: cumprir obrigações legais e trabalhistas com um orçamento que não cobre mais o custo real de manutenção de serviço.

Lembramos que os CDCMs são serviços essenciais de rede e de proteção previstos na Lei Maria da Penha, Lei 11.340, de 2006, e nas diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Quando um CDCM perde capacidade de atendimento, o que se enfraquece é toda a rede de garantia de direitos e a política pública de proteção à vida das mulheres.

Além disso, é importante registrar as diversas necessidades de adequação no imóvel onde o CDCM Casa Anastácia, que fica localizado no extremo Leste de São Paulo, em Cidade Tiradentes, tem passado, em relação à adequação do imóvel, como as melhorias estruturais, reformas e adequação de acessibilidade.

Porém, não há verba para atender essas exigências. Em SMADS, quando havia necessidade de mudança de imóvel, após encaminhamento da justificativa, havia um protocolo de avaliação dos imóveis com o corpo técnico de engenheiros que indicam as adequações necessárias, sendo destinada verba de adequação.

Ocorre que, após a transição de pasta, o CDCM precisou passar por uma mudança de imóvel. E, após toda a avaliação, aprovação do imóvel, a liberação para que nós entrássemos e para que o serviço passasse para esse novo endereço, foi-nos informado que não havia verba

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 42 DE 99

para adequação. Ou seja, nós estamos há dez meses em um novo endereço sem previsão para adequação.

Então, a equipe técnica tem que se revezar entre um espaço da varanda para conseguir atender. A gente teve que adaptar a varanda para que elas pudessem atender. As oficinas estão acontecendo em um outro lugar, porque não teve adequação necessária. E sem a previsão do destinação de verba para tal.

Então, o serviço se encontra numa situação paradoxal, em que é cobrado para se adequar estrutural e tecnicamente, mas não se recebe os recursos necessários para se viabilizar essas adequações. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Jéssica.

Próxima oradora, Paula Ituassu.

A SRA. PAULA ITUASSU - Eu quero cumprimentar a todos, inclusive a Mesa, e quero defender a ExpoTEA 2025-2026 para o orçamento da cidade. Quero dizer boa tarde a todas as famílias, profissionais, voluntários e guerreiros da inclusão.

Hoje, nós não estamos apenas participando de um evento; nós estamos vivendo um movimento de transformação. A ExpoTEA é o maior evento de PCD e autismo do mundo. Ele está escrito no Livro do Guinness. Mas, acima de tudo, é o maior movimento de conhecimento, empatia, mudança social que essa cidade já viu.

Nós trabalhamos a política de educação porque acreditamos que a inclusão começa na escola, com professores preparados, com respeito às diferenças e com amor à diversidade. Também se constrói a política social que acolhe famílias, fortalece laços e garante direitos. Uma política feita de gente que luta, que sente e que acredita que toda pessoa tem um lugar neste mundo.

E não podemos que a ExpoTEA também movimenta a política financeira. Ela aquece a economia, gera emprego, estimula o turismo e o empreendedorismo, mostrando que a inclusão também é desenvolvimento econômico. E é por isso, por tudo isso, que a ExpoTEA precisa estar no Orçamento da cidade de São Paulo. A inclusão não é gasto, é investimento para o presente

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 43 DE 99

e futuro. É investir em educação, em famílias, em acessibilidade, em conhecimento e em dignidade.

A ExpoTEA traz um retorno social, humano e financeiro. Cada real investido volta na forma de oportunidades, emprego e transformação de vida. São Paulo ganha com a inclusão quando acontece. A cidade cresce, a economia gira e o coração da sociedade se amplia.

A ExpoTEA é mais do que um evento, é um grito de esperança, é despertar da consciência. É a prova viva de que, quando a sociedade, o Poder Público e as famílias caminham juntos, ninguém fica para trás. Por isso, eu digo com orgulho, a inclusão é política pública e justiça social. E o amor em ação em São Paulo continua sendo o palco do maior espetáculo de inclusão que a cidade de São Paulo já viu.

Então, eu gostaria de pedir para que ela fosse colocada no orçamento da cidade, porque a ExpoTEA traz ensinamento e inclusão. Inclusão se faz na prática, e a prática da inclusão não é só estar dentro da escola ou ter acesso, mas é incluir de fato, porque nós podemos estar em todos os lugares. Sou mãe atípica de dois meninos autistas e assistente social de formação. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Próximo orador, Marcelo Siqueira. Em seguida, Luzia Monteiro.

O SR. MARCELO SIQUEIRA - Bom dia a todos, bom dia a todas. Bom dia, Vereadores. Bom dia, autoridades e Poder Público presentes. Pessoal, a gente fica lamentando o que a gente está vendo de exposição pelas Secretarias, tanto da de Direitos Humanos como da SMADS.

Orçamento é muito pequeno. No caso da Secretaria de Direitos Humanos, só tem 1,27% para idoso; muito pouco para imigrantes - que nesta cidade são muitos -, somente 0,9% de investimento; e para a SMADS, 5.3%. Então, pessoal, a gente vê que isso é uma falácia, ou seja, a assistência social dentro do orçamento de São Paulo é uma mentira. É uma vergonha que a gente está vendo. (Palmas)

A gente percebeu, por parte de SMADS, outra coisa que já até já foi avisada na

audiência, que é a falta de concursos. A SMADS chegou ao ponto, no Orçamento Cidadão deste ano, de falar que não pode fazer concurso e não pode instalar CREAS nem CRAS dentro do Grajaú. Sou morador do Grajaú, a gente vem de lá, e é muito importante a gente ter um segundo CRAS, um segundo CREAS na região. E por quê? Porque é uma necessidade básica. Nós vemos as pessoas querendo tirar o CadÚnico e não conseguem dentro da cidade. Então, a gente percebe que há uma brincadeira na assistência social por parte da Prefeitura.

Então, Vicente Calvo, você que está assentado à mesa, representando a Seplan, leve para o Prefeito Municipal essa informação, que precisa aumentar em no mínimo 5% os valores dentro do orçamento da assistência social. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Marcelo. Próximo oradora, Luzia Monteiro.

A SRA. LUZIA MONTEIRO - Quero agradecer. Eu falo em nome da frente de fóruns, coletivos, movimentos e organizações sociais na defesa dos direitos da pessoa idosa. Então, não estou falando em meu nome próprio; essa é a primeira questão.

A segunda questão é agradecer por esse espaço, e aqui a gente está num momento de diálogo e de pensar os desafios que a gente tem na cidade. Então, de um lado, o Legislativo tem que olhar para isso e a Administração Pública, o Executivo tem que fazer um esforço, sim, para chegar aonde nós temos o nosso desafio, que tem que ser encarado.

Acho que todo mundo já está ciente do número. Nós temos 2,3 milhões de pessoas idosas na cidade de São Paulo. Infelizmente, o orçamento público é a primeira peça que coloca a população idosa na invisibilidade. Nós estamos na invisibilidade orçamentária (palmas), e é partir daqui que nós vamos fazer então o nosso diálogo.

A nossa preocupação está exatamente no seguinte: se nós não tratarmos disso agora, nós temos o quê? Esse é o ano da construção do PPA. Não é mais uma LOA do ano seguinte: são 4 anos, Vereador Silvinho. Então, o nosso desafio, o grande desafio é pensar esta cidade nos próximos 4 anos e a reverberação disso que está nessa LOA. Então

Trago o seguinte: os números com os quais nós vamos lidar são da assistência

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 45 DE 99

social. Quando a gente apresenta serviços, valores, eu não estou desclassificando e não estou desmerecendo o enorme desafio da cidade de São Paulo; não é isso. Mas é preciso olhar com mais profundidade o que significam esses números.

Então, vamos lá. Eu trouxe alguns mapas, a gente inclusive já protocolou para que a Mesa, os relatores tenham ciência do que nós estamos falando. Eu vou usar uma metáfora, Marcelo, porque eu acho que a sua origem é da área de odontologia, então isso dá mais clareza: é como se fosse uma criança com os dentes nascendo. Essa é a nossa rede da do serviço da assistência social na cidade de São Paulo.

Nós temos 98 Núcleos de Convivência do Idoso - NCI, dos quais, sem desmerecer, 12 estão em M'Boi Mirim, o que significa que eles não estão distribuídos dentro da cidade. Mas, quando a gente olha, parece que estão distribuídos; o número total causa impacto. Agora, vamos multiplicar esses 98 por outra condição. Qual é a vaga? Quanto de vaga é ofertado? São 14.240 vagas. Mas quanto nós temos de pessoas dentro da assistência social com o benefício de prestação continuada? O benefício de prestação continuada é aquele a que a pessoa de 65 anos mais fragilizada chegou. O número da assistência social, Marcelo, é de 165 mil pessoas.

Para finalizar, ainda dentro desse número nós vamos encontrar a população que precisa do CDI, do centro de idoso. Qual que é o número de vagas? É de 810 vagas na cidade de São Paulo. Para ILPI, são 750 vagas. Essa é a tragédia nossa.

Então, o que nós estamos solicitando? À administração pública, não basta só o anexo 5, agendas sociais, destinação. Esse dinheiro, nós estamos revirando do avesso. A quem está aqui pela Seplan: nós estamos revirando do avesso. Nós não encontramos esses dados. Ou seja, rastreabilidade zero, invisibilidade total. É disso que estamos falando. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Luzia. Próximo orador, Geraldo André.

O SR. GERALDO ANDRÉ - Boa tarde a todos. Cumprimento todas as autoridades da Mesa e os trabalhadores presentes.

Primeiro, quero lamentar a ausência da nossa Secretária na defesa do orçamento. É

justamente neste espaço que se esperava um compromisso da gestão em defender o orçamento da política de assistência social, uma política essencial para a população mais vulnerável da nossa cidade.

Falo como trabalhador. Estou também no COMAS representando milhares de trabalhadores profissionais que estão na linha de frente da execução dos serviços socioassistenciais. Estamos aqui para reafirmar a necessidade urgente da suplementação desse orçamento conforme aquele que passou no COMAS, de 5,2 bilhões. Não é mais possível continuar sem a devida correção dos repasses das parcerias. Hoje inclusive há editais de chamamento público aberto no *site* da SMADS, que, já na sua publicação, violam o direito trabalhista, pois propõem salários abaixo do salário mínimo nacional, abaixo do salário mínimo estadual para funções essenciais, como agente operacional, de cozinha e de limpeza.

Essa prática não é aceitável. Ela representa a institucionalização da precarização do trabalho e da própria política de assistência social. (Palmas) Além disso, é preciso garantir a insalubridade para todos os trabalhadores da proteção especial, conforme pactuado em convenção coletiva de trabalho, o que ainda não foi reconhecido por SMADS, empurrando o serviço para uma situação de precarização sem precedentes, pois as organizações optam por descumprir a convenção coletiva de trabalho ou, quando permitido, por precarizar o atendimento com flexibilização de recursos.

O resultado disso é um efeito em cadeia: o trabalhador desvalorizado, o serviço se fragiliza e quem mais sofre é o usuário da política pública. Temos serviço em que são previstas 4 refeições diárias para o público atendido, mas o repasse *per capita* é de apenas 13,27 reais, valor totalmente fora da realidade. Se eu descer aqui, eu não consigo tomar um café e comer uma coxinha com esse valor.

Como se não bastasse, em 2026 as organizações da sociedade civil terão de assumir novas obrigações legais relacionadas à NR-1, que trata de medidas de cuidado com a saúde psicossocial de seus trabalhadores.

Essas ações são necessárias, mas exigem recursos financeiros que não podem ser

transferidos como ônus para as organizações. Quando a SMADS apresenta uma planilha referencial de custeio com valores insuficientes, na prática está impondo contrapartida financeira indevida às organizações. Isso configura, inclusive, uma violação ao parágrafo 1º do artigo 35 e ao artigo 46, ambos do MROSC, que vedam expressamente a transferência de custos do objeto para as entidades parceiras.

Diante de tudo isso, esperamos sensibilidade e compromisso desta Casa Legislativa com a política de assistência social. É preciso garantir essa suplementação orçamentária de maneira que assegure condições dignas de trabalho, sustentabilidade às organizações e qualidade na oferta dos serviços à população que mais precisa. A política de assistência social é uma política de Estado e não uma política de governo. E preciso que haja orçamento com dignidade para garantir dignidade para trabalhadores e para os atendidos. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Gente, deixem-me só colaborar um pouquinho com vocês. Nós temos ainda 30 inscritos. Se deixarmos cada um falar 4 minutos, seriam 120 minutos, e não vai dar tempo de todos falarem. Eu tenho a obrigação de deixar todos os escritos falarem. Por isso, delimitamos 3 minutos para que todos os inscritos consigam falar e se manifestar. Eu acho que temos que ser justos com todos os inscritos. Se uns falam por 4 minutos, outros por 5 minutos, quem está no final da fila não vai falar. É por isso que condicionamos o tempo de 3 minutos. Quero que vocês respeitem o nosso trabalho para que todos tenham fala nesta Casa. Obrigado.

Tem a palavra, o Sr. Geraldo Brito.

O SR. GERALDO BRITO - Boa tarde a todos e todas. Estou representando, com a Regina Nazaré e os demais membros, o Fórum da Assistências Social de São Paulo - FAS Oficial.

Primeiramente, quero mostrar a indignação por não conseguir subir aqui com uma faixa. Hoje é considerado violento um preto subir aqui com uma faixa. Não se sabe o que se poderia fazer com uma faixa, não é? Enfim, tem que ser mudada a lógica da Casa. Acho muito ruim isso, não é? Tem uma madeira na faixa? Será que eu vou dar madeirada em alguém? Claro

que não. Isso é inacreditável. Mas vamos lá.

Quero fazer outro repúdio a algo que achei estranho. Se não foi isso o que o Ronaldo defendeu, seria bom corrigir, porque passou a impressão de que ele está defendendo o orçamento enviado pela Secretaria de Finanças, que é muito ruim, de 2,7 bilhões e não atende em nada às nossas necessidades. O valor de 5,2 bilhões, que é o que o COMAS está defendendo nesse momento, começa a atender as questões da assistência social, embora não atenda de forma majoritária às necessidades da assistência social.

Não temos nem 2% do nosso orçamento, que é de 125 bilhões e o terceiro maior orçamento do Brasil, que compete com o da União e com o do Estado. Em terceiro, vem a cidade de São Paulo. Nós somos o terceiro maior orçamento do Brasil, não é pouca coisa. São 125 bilhões, e nós não temos nem 2% disso. E aí, Marcelo, só para registrar, em números, o que não dá mais para aceitar dentro da assistência social. Hoje, como o Geraldo até colocou, no serviço que atende idosos, por exemplo, temos um gasto *per capita* de alimentação de 2,47 reais. O que se compra, de alimentação, com um valor desse? Tem serviço que atende criança e adolescente com um *per capita* de alimentação por dia de 6,66 reais. Como se mantém um serviço dessa forma? Tem serviço rico aqui, como o SAICA, por exemplo, que tem *per capita* de alimentação de 13,27 reais. Olha que riqueza. Esse serviço rico tem que manter café da manhã, almoço, jantar, todas as alimentações do dia. São serviços de acolhimento institucional para criança e adolescente.

Recentemente, em sua coluna, a jornalista Mônica Bergamo, ancorada pela Bancada Feminista do PSOL desta Casa, denunciou essas questões ao Ministério Público. É inadmissível, não tem mais como manter esse orçamento para assistência social.

Para finalizar, Marcelo, precisamos entender que se esta Casa mais uma vez assinar embaixo desse orçamento pífio da assistente social, qualquer hora pode acontecer uma coisa muito grave em alguns dos equipamentos, como cair um teto. E como é que se vai consertar um teto com esse orçamento pífio da assistência social? A responsabilidade vai cair em cima de quem? É isso. Obrigado. (Palmas)

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 49 DE 99

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Vamos agora passar a palavra para duas Vereadoras que precisam continuar o trabalho delas na Casa. Antes, quero só fazer um esclarecimento. Faixas podem entrar na Casa, o que não pode são as madeiras que suportam a faixa. Com a madeira, a GCM não deixa entrar, mas a faixa sem a madeira pode entrar.

Tem a palavra a Vereadora Ana Carolina Oliveira.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Primeiramente, boa tarde a todos os presentes. Cumprimento os componentes da Mesa, nosso Presidente e meus Colegas.

Eu queria só dar algumas respostas sobre a carta aberta que recebi da Sra. Antônia. Ontem mesmo foi liberada a quadra.

- Manifestação longe do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Sim, nós estamos trabalhando. Inclusive ...

- Manifestação longe do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Exatamente. Nós ...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Deixe ela falar, Dona Antônia, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA - Só estou lhe informando que isso foi liberado. Porém, dado o que aconteceu lá, nós estamos com problemas de reforma agora, porque acho que foram levados os vasos sanitários, os chuveiros e todos os equipamentos. Então, nós já estamos trabalhando para isso. Está bom?

Eu queria dar um retorno também para o Peterson. Peterson, eu sou a Vereadora Ana Carolina, meu gabinete é o 404. Se você em algum momento não foi recebido nesta Casa por algum outro Vereador por alguma questão - e eu garanto que Vereador nenhum fecharia as portas na sua cara, independente do partido político -, nós estamos à disposição, e qualquer assessor também está de portas abertas para receber a sua demanda. Então, eu me coloco à disposição em relação a isso.

Estamos trabalhando também fortemente, na nossa Comissão Extraordinária, com os conselhos tutelares. Inclusive na última semana estive na Secretaria de Direitos Humanos nessa parceria e nesse compromisso para que tanto a Secretaria quanto os conselhos tutelares

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 468

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 50 DE 99

possam melhor atender toda a população da cidade de São Paulo e para que seja feita uma entrega efetiva.

Quero dizer também que nós Vereadores desta Casa, principalmente da Comissão de Finanças e Orçamento, estamos trabalhando muito para melhorar todas as questões tratadas hoje, seja em relação aos idosos, pessoas com deficiência e assistência de um modo geral, incluindo outras Secretarias e outros Secretários que não estão hoje. Afirmamos o nosso compromisso - esta Vereadora Carolina, o nosso relator, Vereador Marcelo Messias e os outros Vereadores da Casa - de trabalhar para que esse orçamento atenda realmente a todas as necessidades e melhorias.

Não estamos diminuindo a dor de ninguém, porque cada pessoa traz a sua dor, traz o seu sentimento em relação ao seu trabalho, mas estamos trabalhando exatamente para que se faça isso de uma forma melhor e para que a nossa cidade ande. Quando escutamos dizerem que há orçamento sobrando, sabemos que não há. Sabemos que antigamente havia orçamento muito melhor, e esse orçamento cresceu. Mas dizer que está sobrando hoje, infelizmente não está. Estamos, sim, tentando aplicá-lo da melhor maneira. E esse é o nosso compromisso - desta Vereadora e do relator - para que façamos isso de uma melhor maneira. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigada, Vereadora Ana Carolina.

Tem a palavra a Vereadora Luna Zarattini.

A SRA. LUNA ZARATTINI - Boa tarde a todos e todas. Sou Vereadora desta Casa; Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, uma Comissão muito importante; também faço parte da Frente Parlamentar de Assistência Social, onde alguns Vereadores também se somaram na defesa da assistência social, e sou Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Início saudando as Secretarias e Secretárias presentes e faço uma saudação muito especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras da assistência social e ao Fórum da Assistência Social - FAS. Saúdo também os coletivos em defesa da pessoa idosa, que têm participado de todas as audiências desde que começamos. Parabéns, vocês estão dando um

verdadeiro *show* nesta Casa. (Palmas)

Quero também citar a Constance, Presidente do Conselho de Imigrantes Municipal, presente, que trava uma luta importante, porque os imigrantes também fazem parte desta cidade, trabalham em São Paulo e merecem a participação.

A participação popular não se encerra na escuta. A audiência pública é um espaço de escuta muito importante, mas a participação social e popular continua com ações efetivas. Então, é fundamental que na audiência não só haja escuta, mas que possamos efetivar uma série de demandas que estão sendo trazidas, que são demandas históricas e necessárias para a nossa cidade.

Este é um local de debate, mas também é importante que coloquemos as propostas em prática. Às vezes, parece que não estamos falando da mesma cidade. E é importante termos na audiência uma discussão sincera e franca sobre os desafios da nossa cidade, porque os territórios, as periferias, a assistência social, os direitos humanos têm muitas demandas, a começar pela falta de dados.

Quero usar minha voz para dizer: nós queremos o Censo PopRua, pois não dá para fazer política sem dados. Não dá para fazer política sem saber sobre a pessoa idosa, sem saber dados sobre as mulheres na nossa cidade. Infelizmente, foi extinta a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Esse apagão de dados não permite que a população participe nem que façamos políticas públicas decentes para nós.

E é óbvio que precisamos de mais. Precisamos, sim, de mais orçamento para assistência, de mais orçamento para a pessoa idosa, mais orçamento para os direitos humanos. Se não partirmos da ideia de que precisamos de mais, de que está insuficiente para nossa cidade, não conseguiremos fazer um debate sincero, porque estamos falando de uma cidade, mas os oradores desta audiência estão falando de outra. É preciso assumir que precisamos de mais orçamento, que São Paulo quer mais e que São Paulo pode mais como a cidade mais rica, porém, infelizmente, a mais desigual.

Em relação à assistência social, não há serviço público sem servidores públicos.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 52 DE 99

Então, é preciso valorização, é preciso recomposição do orçamento, é preciso que haja valorização dos trabalhadores, é preciso que haja valorização dos serviços. Como é que não há um CRAS por distrito na nossa cidade? Como não temos equipamentos e serviços públicos como NCI, como foi falado hoje?

Em relação à pessoa com deficiência, há dados da própria Secretaria Municipal da fazenda mostrando que em 2025 foram orçados 76 milhões e empenhados, 15 milhões. Então, não adianta mandarem uma peça com um orçamento que não será empenhado. É preciso que o que for orçado seja empenhado e que haja transparência nisso; e aqui está escrito isso.

Dialogo agora especificamente com a Secretária. Fizemos uma reunião na Comissão de Direitos Humanos sobre o Transtorno do Espectro Autista na nossa cidade. Saudamos muito a iniciativa do primeiro Centro TEA em São Paulo; realmente, foi um avanço. Mas existem vários serviços, como o CER, que é o centro especializado em reabilitação, que estão nas periferias da cidade, mas que não tem vagas, não tem investimentos. Então, vamos buscar efetivar essa política na ponta. Vamos buscar efetivar isso em cada território, porque para uma mãe atípica se deslocar na cidade de São Paulo até Santana não dá certo. O que precisamos é de valorização na ponta, nos territórios - CRAS, CER, Centro PopRua -, porque não há.

Temos somente um Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, sendo a cidade de São Paulo uma das que mais recebem imigrantes. Precisamos espalhar e capilarizar esses serviços.

Fui questionada pelo Vereador sobre repasses de outros entes e tudo mais, mas em São Paulo tivemos uma dificuldade de adesão a programas do Governo Federal. Há o programa Ruas Visíveis, que auxilia a população em situação de rua, que foi destacado pelo Governo Federal. Sabem o que São Paulo fez? Não aderiu. Houve um programa no início de 2023 chamado Mãos à Obra, do Governo Federal, de repasse de recursos para obras que não terminam, como hospital, UBS, escola. Sabe o que São Paulo fez? Também não aderiu. E sabem o que isso significa? Rasgar dinheiro, diminuir a qualidade de vida da população. Na briga política, quem se ferra é o povo. Então, não vamos mais fazer isso. (Palmas) Eu não iria falar

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 53 DE 99

sobre isso, mas fui questionada.

Para terminar, daqui a oito anos teremos mais pessoas com 60 anos do que pessoas de zero a 18 anos. Falo isso para chocar, porque sou uma das Vereadoras mais jovens. Mas se não lidarmos com isso no presente, não teremos futuro. É fundamental que escutemos os coletivos de direitos da pessoa idosas. São Paulo precisa se preparar para isso. Não apenas o Brasil, mas São Paulo precisa se preparar para isso, envolvendo assistência social, direitos humanos e uma série de outras áreas. Preparando a nossa cidade para os idosos, estaremos preparando-a para toda a população. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Anuncio a presença do Vereador João Ananias. Tem a palavra a próxima oradora, Fernanda Fernandes Silva.

A SRA. FERNANDA FERNANDES SILVA - Bom dia a todos. Trago três questões. No Butantã, a gente precisa de mais serviços de assistência social. Eu sei que esses serviços estão escassos na cidade toda, mas a gente precisa de um CCI no Jardim Boa Vista e da reativação do Circo Escola São Remo, que já ganhou duas vezes o Participe Mais e inclusive já tem a reforma garantida. A população está articulada nessa pauta, está lutando há seis anos para a reativação desse equipamento, e tem verba, porque o circo-escola já ganhou duas vezes o Participe Mais. Então a reforma já está prevista. A gente precisa de uma dotação específica de 700 mil para que o circo social possa iniciar a reabertura para voltar a atender a população lá da comunidade de São Remo.

Nós da assistência social sabemos que, fora o circo-escola, fora o Jardim Boa Vista, não tem serviço nenhum, São Paulo inteira precisa de verba. Não tem como nós trabalhadores fazermos milagres. A gente dá o máximo para fazer um atendimento qualificado, mas não fazemos milagres. Vão conhecer os equipamentos de assistência social para ver como que a gente está atendendo, para ver o dia a dia, a realidade. A gente precisa de verba para poder atender a população de forma humanizada e de forma qualificada.

Esses serviços são direitos de eles estarem lá. Nós não estamos fazendo favor. É um direito de toda a população estar dentro dos serviços e nós precisamos ter verba para poder

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 54 DE 99

atendê-los com qualidade, da maneira que eles precisam. E nós, trabalhadores, também precisamos ser respeitados pela Secretaria. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Fernanda.

O próximo orador, José França. Em seguida, Silvia Santana, depois, Regina Paixão, por favor.

O SR. JOSÉ FRANÇA - Bom dia a todos e todas.

Vereador, O senhor só esqueceu de citar embaixo que eu pedi que sou o José França, usuário da assistência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - José França, usuário da assistência, desculpa.

O SR. JOSÉ FRANÇA - Obrigado. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa em nome de todos os usuários da assistência, especialmente, dou um destaque às pessoas em situação de rua que se encontram neste momento na rua e que não podem vir aqui. Eu vou ter que fazer essa fala aqui. Primeiramente, eu queria fazer um agradecimento, Vereador Marcelo Messias, pela iniciativa que o senhor teve de trazer para esta Casa o Comitê PopRua. Porque tem muito discurso de Vereadores, mas a iniciativa que a gente viu foi do Vereador Marcelo Messias trazer o Comitê PopRua para esta Casa para a gente discutir sobre a política de população em situação de rua. Acredito que vai ajudar, sim, a Secretaria no desempenho da política de assistência para as pessoas em situação de rua.

Sempre vi que a SMADS, de fato, nunca foi representada por alguém da assistência social, sempre era alguém que não tinha a vida na área social e as pessoas sempre cobravam que tivesse uma representante, de fato, que fosse uma assistente social. Queria parabenizar a Secretária-Adjunta Cassia, de SMADS, que realmente é uma assistente social e eu queria te parabenizar também, Cassia, pelo sonho de como toda assistente social, um dia, exercer os cargos cada vez maiores. Você teve o privilégio de exercer esses cargos não só como supervisora de SAS, mas também chegar ao cargo máximo de Secretária-Adjunta de Assistência Social. Queria te parabenizar pela coragem também e a iniciativa.

Sobre a questão do orçamento, pessoal, tiveram pessoas que falaram que a SMADS fez uma proposta, o COMAS também fez uma proposta e aí dá impressão, para quem não conhece o COMAS, como se o COMAS fosse só a sociedade civil, dizendo também que a SMADS também compõe o COMAS. Então, essa proposta também tem a participação de SMADS.

Eu queria falar, Vereador Marcelo Messias, ao senhor que é o relator. A questão dos valores é importante, sim, para esse público das pessoas em situação de rua. Eu tenho uma proposta a fazer e faço aqui a todos e convido a todos a participar do Comitê Pop Rua, amanhã, nesta Casa, sobre a questão de que as pessoas em situação de rua precisam de uma qualificação estrutural, uma qualificação educacional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Finalizando, Sr. José, por favor.

O SR. JOSÉ FRANÇA - Trabalhadores. Não dá para fazer falar muito, pessoal, mas eu queria agradecer também a Rita, que também ajudou a trazer o Comitê para esta Casa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado. Próxima oradora, Sílvia Santander.

A SRA. SILVIA SANTANDER - Olá. Sílvia Santander. Sou trabalhadora da assistência social, e eu vim dizer que a SMADS nunca levantou um prédio nesta cidade de São Paulo para o serviço da assistência social e que os critérios para alugar um imóvel para execução do serviço são super rígidos. E, depois que alugados esses imóveis, não há um repasse. Todo o aluguel, uma vez por ano, aumenta o seu valor, não é? Todo ano é uma luta para a gente conseguir fazer esse aumento do aluguel. O IPTU também, que é um imposto da Prefeitura e que é pago pelos serviços que executam o trabalho da Prefeitura, também é uma luta para a gente conseguir fazer o reajuste dele. Então, os aditamentos de aluguel e aditamento de IPTU, às vezes, chegam a ficar três anos na fila para conseguir fazer um aumento. E aí quando é feito, não tem o retroativo. Então, é um prejuízo enorme para os serviços que estão executando a assistência social. Dissídio não é pago. Estamos com um calote de 23 e 24 sendo pago agora.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 56 DE 99

Quando vamos receber o do de 25? Pergunto: há representantes do sindicato aqui? Algum representante do Sitraemfa aqui?

E a outra pergunta é: como uma secretária que está na pasta da assistência social não se dignifica a vir conversar sobre o orçamento? Eu sinto isso como um desrespeito à nós, trabalhadores, que estamos na ponta realizando esse trabalho diariamente.

E por fim, participei da reunião do COMAS, sai de lá revoltada, porque o valor orçado era muito abaixo do que necessitava. E chega aqui a SMADS com o valor menor ainda. Então aqui está sendo dito o seguinte: vamos quebrar. A assistência social não tem condições de continuar com os valores atuais. Ou ela sobe ou é sentado e negociado um valor mínimo para execução. Sinto muito dizer, mas o valor ofertado pelo COMAS, para mim, não dá, não cabe, está abaixo do esperado. Aqui, a SMADS ainda chega pior.

Bom, é isso que eu queria dizer. Viva os trabalhadores da assistência social, viva os usuários. Vamos para a frente, vamos para a luta e se aqui não resolver, nós vamos para a rua, vamos resolver isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Sílvia. Próxima oradora, Regina Paixão, do Fórum da Assistência Social.

A SRA. REGINA PAIXÃO - Boa tarde, pessoal.

Nossa turma já fez bastante denúncias. Eu vou me ater aos dados que eles precisam repensar, dar respostas para a gente.

Continuando a Sílvia, por que a gente está ruim? Nós temos empenhado 2.2 do orçamento e nós já gastamos 2.6, gente, e nós estamos em novembro. Estamos começando novembro, falta dezembro, e aí a gente não pode mais viver de suplementação nesta cidade. Acho que a SMADS vive pedindo suplementação. Os Vereadores precisam saber disso, por isso que a gente luta por um orçamento que precisa ser de acordo com o pensado no conselho municipal, que é o de 5.2. É insuficiente, Sílvia? É, mas para a Secretaria que está apontando 2.7, por que 2.7? Só para manter o que a gente tem trabalhado.

O que tenho pensado muito? É muito bom ouvir direitos humanos, mulheres, mas as

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 57 DE 99

secretarias precisam conversar, precisam trabalhar juntos nos CCAs, nos CJs. A gente tem crianças e adolescentes autistas, neurodivergentes e a gente não tem o RH adequado. A lei não se cumpre na cidade de São Paulo. Aí vai dando os problemas, vai dando as defasagens.

No ano passado, o relator do orçamento lançou 300 milhões que era verba de Governo Federal, mas era fictício. Este ano não está previsto e a gente precisa que voltem esses 300 milhões para o orçamento de uma cidade que tem previsão de 135 bilhões para 2026, galera. 135 bilhões previstos para 2026.

A gente está pedindo 5% apenas para vir para sair deste momento que a gente está vivendo de buraco difícil, difícil, difícil. E aí, olhando o orçamento, a gente consegue observar para a Pop Rua, por exemplo, tem uma queda de 7% para 2026. E aí? Amanhã, o Pop Rua precisa discutir isso. Tem uma queda de 7.99.

Não tem nada para vigilância socioassistencial. Galera, não vai ampliar serviço, não tem vigilância socioassistencial, não tem recurso para isso, não vai ampliar, não tem recurso para educação permanente. Então, falta muita grana para tudo. Não dá para viver só de suplementação. O orçamento não reflete o déficit. Não é verba só de aumento para salário, é de per capita. Os meninos falaram dois reais, treze reais. É muito pouco para o dia a dia do serviço e é muito complicado, muito complicado.

Penso também que a gente, enquanto FAS, está na luta também pela Secretaria do Idoso. Diante de todas as demandas que vocês têm apresentado aqui, a gente pode conversar. A gente quer conversar com os Vereadores que estão nas relatorias para que a gente avance na assistência e dizer que no dia 13, semana que vem, Dia Municipal da Assistência Social, a gente precisa vir para a rua para brigar pelo orçamento do COMAS.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado. André Lucas, por favor. Em seguida, Luciana Teixeira.

Gostaria de anunciar a presença da Vereadora Janaina Paschoal.

O SR. ANDRÉ LUCAS ZAIO - Obrigado, Presidente, pela oportunidade da fala. Boa

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 58 DE 99

tarde a todos. Meu nome é André Lucas Zaio, sou conselheiro titular da gestão 2024/2026 do Comitê Intersetorial para a População em Situação de Rua, o Comitê Pop Rua.

Quero agradecer também a presença de todos da Mesa, principalmente da minha amada ilustríssima Vereadora Luna Zarattini, que muito faz pelo Pop Rua, e também pelos demais Vereadores presentes. Agradeço ao Vereador Marcelo Messias por trazer de volta a esta Casa o Comitê Pop Rua. Quando comecei a fazer parte do Comitê Pop Rua, ele era executado nesta Casa, justamente neste Salão Nobre da Câmara.

Vamos ao que deve. 876 ou 79, que eu não lembro agora direito, milhões para a população em situação de rua é muito pouco esse orçamento para o Pop Rua. Como a colega que me antecedeu falou, está diminuindo.

Queria dizer sobre a eficácia do gasto desse orçamento, porque não está tirando as pessoas da situação de rua, não assegura a dignidade mínima da pessoa em situação de rua, não garante direitos da Pop Rua e nem o trabalho adequado das pessoas que trabalham no Pop Rua. 13 reais para gastar em alimentação é pouco, é inacessível. Quero ver se o Vereador, o Presidente, o Prefeito consegue se alimentar, fazer uma alimentação digna com 13 reais. Não consegue.

Então, acho deveria ter um gasto mais assertivo para que, de fato, realmente, consiga nos ajudar a sair dessa situação. O que nós queremos não é luxo, queremos questões mínimas de sobrevivência, que é uma alimentação digna, uma moradia digna, de trabalho, de educação, que não é o que acontece com a Pop Rua.

Não temos recursos para a educação, não temos recursos para trabalho e muito menos para moradia. A moradia para nós é sempre a última questão a ser vista. O que a gente precisa para sair da situação de rua é de oportunidade, porque quando você realmente dá uma oportunidade para uma pessoa em situação de rua, ela vai parar com o vício dela com drogas, ela vai conseguir cuidar da saúde dela, ela vai ter acesso à educação e ela vai ter acesso ao trabalho e vai ter acesso à moradia, porque não conseguimos nada em nossa vida se não tivermos uma moradia digna. Obrigado a todos.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 59 DE 99

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado. Próxima inscrita é Luciana Teixeira. Depois, será Denise Barbosa e Leonardo Manini.

A SRA. LUCIANA TEIXEIRA - Bom dia a todos. Gostaria de saudar a Mesa, primeiramente. Vou fazer a minha apresentação. Sou Luciana Teixeira, moradora do Jardim Horizonte Azul. Sou uma mãe atípica de três crianças com deficiência, com paralisia cerebral, microcefalia, encefalopatia crônica evolutiva.

Hoje, venho em nome de muitas mães que vivem uma realidade de luta diária. Lutamos por nossos filhos, mas também lutamos para sermos ouvidas. Pedimos mais atenção à saúde das nossas crianças e das nossas famílias. Precisamos de mais acessibilidade, de um olhar humanizado e inclusivo nas UBSs, AMAs e hospitais. Pedimos mais salas azuis em espaços públicos para acolher nossas crianças neurodivergentes com dignidade e respeito.

O centro de reabilitação do Jardim Herculano está superlotado e há famílias que esperam meses por atendimento. Precisamos com urgência de um centro de reabilitação, um Centro TEA, na zona Sul, e de CAPS infantil e adulto que realmente funcionem com profissionais capacitados para atender ao público neurodivergente. As crianças neuro infantis precisam de acesso, facilitando avaliações e laudo. O diagnóstico precoce muda vidas. E, nós, mães atípicas, precisamos de apoio psicológico. Vivemos exausta, muitas vezes adoecidas emocionalmente por vermos nossos filhos sofrendo sem o suporte que merecem.

Eu peço que olhem para nós, que escutem nossas vozes. Não queremos privilégio, queremos direito, dignidade e oportunidades por uma zona Sul mais inclusiva, humana e acessível para todos.

Sílvia, você é uma inspiração para nós. Eu te peço que juntas possamos lutar por mais acessibilidade. Precisamos de uma Secretaria e conselho para mães atípicas com urgência.

Gente, para quem não tem filhos com deficiência não entende o quanto é difícil nós, mães atípicas, passar tudo o que passamos. (Palmas)

A Sílvia, que é um exemplo principalmente para mim, falo que tenha mais esse olhar não só para nossas crianças, mas para nós, mães. Por quê? Porque se cuidarmos de nós, a

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 60 DE 99

gente vai poder cuidar melhor dos nossos filhos. Então porque não ter esse olhar para nós, mães atípicas? Eu deixo essa pergunta para vocês da Mesa. Quem cuida de nós? Será que vocês conseguem dar uma resposta para nós? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Luciana. Próxima oradora, Denise Barbosa, munícipe. Depois Leonardo Manini, diretor de escola, em seguida, Solange Cristina Sampaio. Denise Barbosa, por favor.

A SRA. DENISE BARBOSA - Boa tarde a todos. Eu me chamo Denise, sou também mãe atípica, e também representante de um projeto chamado Inclusão com Amor, que atende hoje cerca de 300 pessoas. Nós sabemos que o avanço das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência é fundamental para garantir o direito e promover a inclusão.

Hoje, temos iniciativas como Centro TEA, que é algo muito importante, mas hoje eu estou aqui para ser voz para as famílias de pessoas com deficiência intelectual, física, auditiva, visual e múltipla, que precisam também de um espaço de centros especializados que ofereça um atendimento humanizado e o suporte não só para a pessoa com deficiência, mas também para as mães atípicas.

Também quero perguntar, Secretária, por que as pessoas com T21 são excluídas do atendimento Atende? Por que as nossas crianças com síndrome de down não podem ter acesso ao serviço Atende? Muitas dessas famílias falaram: “Denise, nós precisamos porque nós fazemos o mesmo tipo de atendimento.” Então, peço que vocês olhem com carinho para as pessoas com síndrome de down.

Incluir, gente, não é apenas garantir acesso, é reconhecer as diversas formas de existir, de mover e de participação da sociedade. Que nós possamos avançar na construção de políticas públicas que enxerguem cada pessoa com sua singularidade e garantam oportunidades com equidade e respeito. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Denise.

Próximo inscrito Leonardo Manini, por favor.

O SR. LEONARDO DE ALMEIDA MANINI - Olá a todos. Meu nome é Leonardo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 479

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 61 DE 99

Manini, sou diretor da escola EMEF Ibrahim Nobre, um dos 25 diretores afastados pelo Prefeito em luta em conjunto com a assistência social.

O que está acontecendo hoje? É vergonhoso a gente ter, na verdade, essa reunião, porque esse orçamento já tinha que ser aprovado e não debatido. (Palmas) É isso. As assistentes sociais, no Butantã 4, para atender um território enorme, tem que fazer prestação de contas do CCA. Quando a gente encaminha as coisas para o conselho tutelar que, diga-se de passagem, precisa ser aumentado em todos os territórios em número de pessoas e número de conselhos. O CRAS e o CREA não dá conta. Aí, manda para o CCA, mas não tem vaga porque não tem recurso.

Oitenta e dois por cento dos pais da minha escola queriam alunos do CCA para uma educação integral de verdade, de tempo integral - seis horas na escola, seis horas no CCA. É muito ruim a política que está sendo executada. As crianças com deficiência quando saem do ensino fundamental, vão para o ensino médio, se perdem nesse sistema. Não tem política para elas, os idosos também. A gente tem um CCInter na região.

Enquanto não se pensar em ajudar a população diante da desigualdade que a gente tem, a gente não anda. A educação sofre porque ela está sozinha, porque as outras assistências, a rede de proteção que deveria existir - CRAS, CREAS, UBS, conselho tutelar, Ministério Público - não existe. Por que não criar equipamentos conjuntos como o Poupatempo, que tenha o CREAS, o conselho tutelar, a saúde também junto?

Enquanto a gente não avançar nisso, a gente não vai andar no sistema, inclusive na educação. Era isso que eu precisava falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Leonardo. Próxima inscrita, Solange Cristina Sampaio, Fórum de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

A SRA. SOLANGE CRISTINA CASTRO SAMPAIO - Boa tarde a todos e todas. Boa tarde à Mesa.

Queria dizer ao relator para tratar com carinho essa questão do orçamento da assistência. Não só da assistência, mas direitos humanos também, porque é uma demanda

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 62 DE 99

também que requer muitas atividades parceiras.

Lembrando que o conselho, como já foi dito pelo Presidente do COMAS, por vários conselheiros, 5.2 que já era um valor pequeno, a gente chega aqui e vê a Secretaria defendendo 2.7.

Quero dizer que já é a terceira vez que a gente vem aqui defender o orçamento da assistência sem a presença da secretária da pasta. A gente tem que ter a secretária na mesa. Não estou desfazendo da Cassia que está aqui, mas a Secretária precisaria estar aqui pelo menos para ouvir as demandas. Eu acho que seria mais respeitoso com todos e todas que estão aqui neste momento.

Quero dizer também que essa tabela de custeio que está posta na cidade é terrível, não tem condição. E aí o que acontece? As organizações vêm sofrendo com relatórios negativos e perdendo certidões por conta de não executar um serviço de maior qualidade. Como que as organizações que não têm que ter investimento, pelo marco regulatório, agora estão sendo penalizadas com a perda de serviços porque não tem certidão. É óbvio, a conta não fecha. Se ela não tem repasse, não tem o reajuste de 2023, óbvio que ela vai ter problemas financeiros. Isso é óbvio, não precisa nenhum matemático para poder saber que essa conta não fecha.

Queria dizer que pena que o Del Rio já saiu, que não é dissídio coletivo, é convenção coletiva, que não é só reajuste de RH, é financeiro na questão dos salários. É toda uma causa que tem na convenção coletiva. Tem outros direitos também garantidos ali. Tem vale-refeição, tem a questão da insalubridade, que muitas não estão sendo pagas porque a Secretaria não está repassando e, infelizmente, também esta Casa não tem visto o PL 90/21, que fala da Lei da Assistência Social, porque sem uma lei da assistência social nós não teremos um recurso previsto para essa pasta tão importante, que é prioridade. É porta de entrada para todas as demandas, mas, infelizmente, para o orçamento não é. Então, a gente pede que esta Casa tenha um carinho para essa demanda.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Solange. Vamos passar a palavra agora para considerações de dois Vereadores: Senival, e em seguida, o João.

O SR. SENIVAL MOURA - Primeiro, quero cumprimentar todas e todos. Desejar uma ótima tarde. Audiência pública é justamente para a gente entender o que pensa a gestão pública neste momento, que é importantíssimo justamente para municipalidade.

Não é nenhum demérito que os adjuntos e aos assessores que estão aqui, mas uma audiência pública deste tamanho, desta magnitude, é inaceitável a ausência dos secretários. As conversas vão chegar lá, de certa forma, interrompidas. Não vai chegar da forma que vocês apontaram aqui, porque foi dito por todos da mesma forma em outras audiências. Então, o secretário não poderia disponibilizar um tempo de duas horas, três horas para vir e ouvir o problema da população? Gente, nós precisamos repensar as coisas, não é?

Então, todos os secretários, os que faltaram hoje, os que faltam em outras. Secretários, seria um momento importante, eu diria ímpar, para que eles pudessem estar aqui ouvindo o clamor do povo.

Dito isso, a audiência pública de hoje recobre a importância, tendo em vista envolver políticas públicas de proteção social, cidadania, distintas categorias sociais, a população idosa em vertiginoso crescimento, está contemplada nessas políticas públicas. Mas precisamos verificar se as ações e programas do planejamento 2026 para os próximos quatros anos se traduz em dispositivos de assistências sociais, cuidado e atenção das pessoas visando a inclusão como cidadãos de direitos.

As políticas públicas para a população idosa são articuladas em diversas secretarias - por isso que é importante o secretário estar presente - por meio de um conjunto de ações nas áreas de habitação, saúde, serviço social, transporte, mobilidade, educação, lazer, direitos humanos, esporte.

No entanto, as dotações orçamentárias pertinentes as principais ações e programas não estão consolidadas em nenhuma parte específica do orçamento, tão pouco representadas satisfatoriamente nos orçamentos de cada área, impedindo o acompanhamento sobre o montante investido pela municipalidade para atender às crescentes demandas da população idosa paulistana. É isso o que mostra o PPA e o LOA 26 ora debatidos, corroborando as queixas

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 64 DE 99

de todos os cidadãos que usaram a palavra até o presente momento e como vejo nas reuniões da Comissão de Idoso e da Assistência Social, a qual sou presidente.

A ausência de transparência dos investimentos do poder público municipal em relação às políticas para a pessoa idosa favorece o arbítrio e a discricionariedade do gestor e o remanejamento de verbas, bem como dificulta o controle social sobre a execução orçamentária.

Onde é possível identificar o orçamento pertinente as políticas da pessoa idosa? Não se verifica o incremento de programas de investimentos proporcionais à população idosa paulistana. Dos 38 programas atuais, PPA, apenas um é destinado a pessoas idosas. Ou seja, apenas 0% do orçamento é destinado para mais de dois milhões de idosos na cidade de São Paulo ou 20% da população paulistana.

Buscando contribuir com a elaboração de um planejamento atento a nova configuração demográfica da nossa cidade, encaminho as perguntas aos representantes das secretarias presentes. A secretária não está, mas os adjuntos podem responder.

Primeiro, existe algum óbice técnico a impedir a discriminação das dotações orçamentária por programas e equipamentos destinados à efetivação dos direitos da pessoa idosa, como aprovado pela Câmara em Emenda à LDO de 2026, posteriormente vetada pelo Prefeito?

2. Qual a explicação para a baixa execução do Fundo Municipal do Idoso nos últimos anos?

3. Como e em quais ações e programas serão aplicados os valores em caixa de cerca de 41 milhões de reais do Fundo Municipal do Idoso? Que, para este ano, lamentavelmente, estão previstos apenas 16 milhões de reais; de 41 milhões de reais, estão previstos 16 milhões de reais. De que forma será destinado isso?

E mais ainda, para finalizar, falou-se muito de os Vereadores melhorarem o Orçamento, mas o que eu quero deixar claro para vocês? Ainda que se faça todo o esforço possível de os Vereadores apresentar uma proposta para o Relator e para o Presidente da Comissão de Finanças, isso depende da vontade do Executivo.

De nada adianta se matar e fazer um esforço danado, aprovar na peça e ser vetado, tem que dialogar com o Executivo. Por isso, é importante a presença do Secretário de cada pasta e tudo que nós discutimos aqui, porque o esforço nós vamos fazer, nós vamos apresentar e podemos aprovar. Mas isso não é garantia de execução. É bom que deixe isso registrado.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Vereador Senival Moura. Concordo com V.Exa., mas vamos fazer justiça aos que vieram. A Dra. Silvia Grecco está aqui, a Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência. Também esteve aqui a Secretária Regina Santana, que está representada pelo Chefe de Gabinete; e SMADS está com a nossa querida Secretária Adjunta Cassia e com o Chefe de Gabinete.

Pelo menos, hoje, está um pouquinho equilibrado, porque a Comissão de Transporte foi triste demais, não apareceu absolutamente ninguém.

O SR. SENIVAL MOURA - Sr. Presidente, só para fazer justiça, os Secretários que não vieram, eu peço desculpa se a senhora foi ofendida, Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É difícil, mas temos que ser justos com quem esteve aqui.

Tem a palavra o nobre Vereador João Ananias.

O SR. JOÃO ANANIAS - Obrigado, Presidente. Bom dia a todas e todos que estiveram aqui, neste momento; e também quero cumprimentar todos os colegas que estão aqui, todo mundo que está na Mesa, que é importante, mas o mais importante é ouvir a população. Sem a população, nós não temos como saber os parâmetros para onde vamos encaminhar este Orçamento da cidade de São Paulo.

Mas eu também queria dizer também para o Presidente, para o nosso Relator, que posso ouvir realmente a população que veio aqui falar. É importante ouvir e também repassar para o relatório final, que é através desse relatório que vamos entender para onde vamos caminhar.

Já foi falado bastante da melhor idade. Hoje a cidade de São Paulo está, cada dia, com o número aumentando gradativamente de pessoas da melhor idade. A melhor idade quer dizer as pessoas idosas, como o nobre Vereador Senival acabou de falar. Mas nós não temos que falar que é idoso, é melhor idade, porque já está numa idade mais avançada e ajudou muito na construção desta cidade. Por isso, temos que dar atenção a essas pessoas, que é muito importante.

Segunda coisa que eu queria dizer e, inclusive, eu vou defender as entidades, porque muitas entidades hoje deixam de pagar seu funcionário, como a Sra. Solange acabou de falar aqui agora, porque tem insalubridade. Quem trabalha com LPI sabe que você chega na audiência e vai fazer o laudo. Ao final, o laudo sempre dá positivo, e seria importante que nós colocássemos no Orçamento, para não quebrar essas entidades.

Não estou defendendo aqui, mas nós tínhamos que defender as entidades para elas pagarem os salários devidos para os funcionários que trabalham lá, porque é muito importante ter o funcionário bem atendido. Recebendo seu salário adequadamente, ele vai prestar um serviço mais qualificado. É muito importante falar isso aqui e também defender, porque às vezes entram com ação contra a entidade, só que não está sendo repassada esses valores para eles e acaba danificando as contas dessas entidades, que ficam prejudicadas, no final, para pagar os direitos dos seus funcionários.

Meu preferido Relator Marcelo Messias, tem um pessoal que fez o um concurso público, o 17.913/23, que previa 300 cargos e 32 cargos que já foram aprovados. Então, nobre Relator, se V.Exa. pudesse colocar isso no orçamento, seria bom, até porque eles estão aguardando; foi em 2023, e já está para prescrever.

Falar também da Assistência Social. Se não colocarmos, no mínimo, 3% do Orçamento para Assistência Social, no mínimo, não vamos conseguir, porque hoje não chega a 3%. Poderíamos chegar a 10%, eu acho que seria importante, que a Assistência Social é um trabalho muito importante para a cidade de São Paulo que oferece, inclusive, políticas públicas para as mulheres da cidade de São Paulo.

Hoje ainda faltam muitas políticas. E só falar aqui de políticas públicas não é importante, temos que falar e fazer no dia a dia, porque a mulher faz a diferença na cidade, faz a diferença na sua casa. Não estou falando dos homens não, mas a mulher consegue fazer cinco coisas ao mesmo tempo e os homens consegue fazer só uma. Por isso, é importante termos no Orçamento o atendimento da mulher.

E dizer que que nós podemos construir juntos, desde que tenha boa vontade do Executivo, como falou o nobre Vereador Senival acabou de falar. Sem o Executivo, não vamos conseguir atender a demanda do nosso povo, a demanda das audiências públicas. Mas também é importante que essa população, esta audiência pública, toda essa população que participou das audiências públicas, participe e nos ajude levar um pouquinho de conhecimento e pressão ao Executivo para conseguirmos aumentar o Orçamento, que tem que ser aprovado com qualidade.

Obrigado e parabéns por vocês participarem.

- Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado. Próxima oradora inscrita é a Sra. Judete Soares, depois o Sr. João Paulo Bernardes e Sr. Ricardo de Lima.

Quero anunciar a presença da nobre Vereadora Dra. Sandra Tadeu.

O Sr. João também não vai falar? A Sra. Judete vai falar?

A SRA. JUDETE SOARES - Sim, boa tarde a todos. Eu não vou repetir o que os outros colegas já falaram. Eu trabalho no Centro de Defesa e Convivência da Mulher, então vou falar para a Secretaria de Direitos Humanos e vou provocar também a Secretaria de Assistência Social.

Houve um processo para pagar o retroativo de 2023 e de 2024, porém, os CDCMs ficaram invisíveis. Quem vai pagar a OS que vai ter que ficar com esse déficit? Porque essa conta não fecha. Se em 2023 e em 2024, nós ainda estávamos na Secretaria de Assistência Social e, a partir de setembro de 2024, nós fomos transferidos para a Secretaria de Direitos Humanos, quem vai pagar esse retroativo? Quem vai pagar? É a Secretaria de Direitos Humanos

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 68 DE 99

ou a Secretaria da Assistência?

E eu quero também pontuar que, a partir da nossa transferência, não vimos avanço. Houve um diálogo, mas não tivemos avanço, então continuamos invisíveis. Agora, a própria televisão, a própria mídia, mostra o aumento da violência doméstica, mas os equipamentos que fazem esses atendimentos se tornar invisíveis dentro do Orçamento.

Hoje, além dos do dissídio de 2023, 2024, que não se sabe quem vai pagar, qual Secretaria vai pagar, temos o dissídio de 2025. Quem vai pagar essa conta? Então, precisa pensar e olhar para isso.

Em alguns equipamentos, inclusive onde eu trabalho, o PRD foi passado errado, então o valor PRD em 2024 retrocedeu, foi passado o PRD de 2023. Além disso, ainda tem um valor a menos que é passado para os CDCMs, para alguns equipamentos, que eu gostaria de ter uma resposta sobre isso.

Eu falei com a Secretária que precisamos fazer uma reunião, porque nós estamos invisíveis dentro da política e nós estamos sendo cobrados de um serviço, de outra tipificação.

O Orçamento não aumentou, o recurso não aumentou, mas a demanda aumentou. E nós ficamos onde? Porque é uma Secretaria de Direitos Humanos que precisa garantir o direito, mas garantir o direito do trabalhador e da mulher e da família. Era isso que eu queria expor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Muito obrigado, Sra. Judete.

Tem a palavra o Sr. Ricardo de Lima.

O SR. RICARDO DE LIMA - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Ricardo de Lima, represento o Sindicato dos Empregados em Entidades Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Município de São Paulo e venho reforçar algumas coisas que a própria Secretaria SMADS já sabe, porque o Sindicato, em março, teve uma reunião com a Secretária, com o Chefe de Gabinete e com a Secretária Adjunta Cassia Travensolo, onde nós falamos da necessidade, enquanto trabalhadores, de termos a segurança na continuidade do nosso trabalho

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 69 DE 99

e que seria minimamente aceitável essa segurança da nossa continuidade do trabalho e que os termos de parceria tivessem reajustes anuais, que nem o INPC.

Há três anos, nós sofremos com um valor que nem é pago, que são os valores que foram conquistados por meio das convenções coletivas, mas esses valores sequer representam a valorização do trabalhador na ponta, ele representa a reposição da inflação. Ou seja, o nosso salário está abaixo da inflação.

Se pegarmos, por exemplo, no *site* da SMADS, nos editais de 2025, uma planilha referencial, podemos ver o seguinte: 1.512 reais é que está na planilha referencial para pagar os agentes operacionais, aquelas pessoas que fazem a limpeza. Então, eu pergunto aos nobres Vereadores quem aceitaria fazer a limpeza de qualquer serviço socioassistencial ganhando um salário de 1.512 reais? Enquanto o salário-mínimo estadual, que é o que as organizações sociais são obrigadas a pagar, é de 1.804 reais. Olha a ausência de respeito.

Quando o nosso companheiro Geraldo colocou da *per capita*, será que algum Vereador consegue pagar um cafezinho com dinheiro que é repassado das *per capitas* para os serviços? Então, o que nós estamos pedindo é a segurança da continuidade do nosso trabalho. E se não houver isso, vamos sofrer na ponta.

O Sr. Ricardo Nunes, quando era Relator da Comissão deste Orçamento, sugeriu para que o Fórum de Assistência Social diluísse, através das rubricas, quais eram os valores necessários a serem aportados na Assistência Social, para que o Orçamento desse conta? O COMAS ofereceu isso através da aprovação orçamentária que ele fez, então é só pegar o valor e repassar, rubrica por rubrica. Então, Sr. Prefeito, hoje demos o caminho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Tem a palavra a Sra. Bruna Ituassu, Expo TEA. Em seguida, Wagner Souza dos Santos, do Movimento Pop Rua.

A SRA. BRUNA ITUASSU - Boa tarde, cumprimento a Mesa. Meu nome é Bruna, eu sou médica, sou especialista em autismo, mãe de uma menina autista e vim falar sobre a importância de inserir no Orçamento políticas voltadas para o autismo e para pessoas com

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 70 DE 99

deficiência.

A cidade de São Paulo enfrenta um crescente desafio social diante do aumento de pessoas com diagnósticos de Transtorno do Espectro do Autismo e deficiências múltiplas, dentre elas, situações de vulnerabilidade e sem suporte familiar adequado.

A assistência social municipal tem um papel essencial da construção de uma rede de proteção integral garantindo acolhimento, inclusão e autonomia. Propõe-se, então, a criação de centros de referências e residências terapêuticas municipais articuladas à rede do SUS, como equipamentos públicos voltados à promoção de direitos, convivência comunitária e cuidado continuado.

Os Centro de Referência atuariam com equipes multiprofissionais para apoio psicossocial, orientação familiar, mediação comunitária e encaminhamento para serviços de saúde, educação e trabalho. Já as residências terapêuticas acolheriam pessoas com deficiência e autismo, sem vínculos familiares, garantindo moradia digna e suporte 24 horas.

O investimento nesses equipamentos é estratégico, fortalece a proteção social e especial de média e alta complexidade, reduz a institucionalização e o isolamento social, gera economia ao sistema público ao evitar internações e judicializações; promove inclusão e cidadania, princípios centrais da lei brasileira de inclusão e de política nacional de assistência social.

Portanto, destinar recursos orçamentários municipais para estes projetos é assegurar que São Paulo avance como cidade referência em políticas de inclusão e cuidado humano, consolidando o papel da assistência social como eixo de proteção, acolhimento e dignidade. Porque política boa é aquela que enxerga, inclui e valoriza; principalmente, que é feita na prática, porque cérebro não espera.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Sra. Bruna. Próximo inscrito é o Sr. Wagner Souza dos Santos.

O SR. WAGNER SOUZA DOS SANTOS - Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Cumprimento a Mesa. Antes de trazer as minhas propostas, eu quero trazer uma nota de repúdio à OSC chamada Diagonal, que era a organização que representava o auxílio-moradia e, por conta de má administração, esse auxílio está congelado temporariamente.

A minha proposta é voltada ao Orçamento para o auxílio moradia para a população em situação de rua, levando em consideração a importância desse serviço para superação da situação de rua e levando em conta a volta da autonomia e a desinstitucionalização do indivíduo para as suas atribuições e as suas atividades, tanto profissional, educacional, enfim.

Venho trazer aqui também a proposta para equipamentos ILPI para a população em situação de rua, relevando aqui muitas pessoas voltadas ao segmento dos idosos e vem trazendo a defasagem voltada à assistência social para esse público. E quero trazer que a população em situação de rua vem envelhecendo, e envelhecendo nas calçadas, porque não temos equipamentos suficientes.

É mínimo. Eu não tinha acesso ao número, mas ouvi aqui, parece que trouxeram 870 vagas voltadas à LPI no contexto geral. Então, imagina para as pessoas em situação de rua. Estão todas morando em lonas, beirando as calçadas.

Outra proposta que eu tenho é voltada a mais centros de referência para pessoa em situação de rua, Centro POP, porque levando em conta que, de 2020 pós-pandemia para cá, o aumento da população em situação de rua aumentou de forma extraordinária e não foi feita a implantação de mais equipamentos especializados, centros de referência especializados, para poder estar fazendo a alocação das pessoas dentro de equipamentos. Levando em conta também o aumento da das pessoas refugiadas, imigrantes, que só têm um centro de referência voltado a elas.

Então, mais do que o aumento de pessoas em situação de rua por conta da pandemia, também o aumento de pessoas em situação de rua migrantes e refugiados. Com isso, vem acontecendo um acúmulo, um excesso grande de pessoas que estão colocando no Centro POP como referência, principalmente povos que estão vindo de outros países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado. Tem a palavra o Sr. Marcio Masella.

O SR. MARCIO MASELLA - Boa tarde a todas as pessoas.

Apesar de ser Presidente do Conselho, eu vou falar em nome do Levante Cutista, que é um dos movimentos sindicais que eu faço parte. Foi muito bem apresentado os orçamentos, todo mundo falou, mas eu quero falar no viés político. Vocês acham mesmo que esse Prefeito bolsonarista de direita vai implementar uma política social nesta cidade? Vocês têm certeza que, a partir de 2016, com o golpe da Presidente Dilma, nós entramos em momentos sombrios neste país? Vocês têm certeza?

Eu penso o seguinte, ou a gente implanta uma política de Estado verdadeiramente social, que olhe para as periferias, para a política pública como um todo, ou a gente vai ficar refém da Faria Lima, da burguesia.

Na realidade, me espantam os Vereadores que aprovaram o aumento de IPTU, mas não aprovam o orçamento da Assistência Social. E quando se olha o mapa de aumento do IPTU, boa parte que não foi beneficiado são as comunidades periféricas onde estão faltando o serviço da assistência social.

E não dá para comungar em uma política neoliberal, higienista, da assistência social, onde a gente fica pedindo pires na mão para aumentar o orçamento da Assistência, camaradas, vamos ser realista. Ou a gente vai naquilo que o Marx, fala na propositura da revolução permanente e acaba com essa política neoliberal, ou a gente vai voltar aqui, ano que vem, pedindo dinheiro, porque não é isso que eles querem aumentar.

Eu não queria falar, mas sou Presidente do Conselho Estadual da Assistência Social, eu vou a Brasília constantemente, no CNAS; e é a mesma política, o desmonte da política pública, o sucateamento da política pública, a terceirização da política pública, porque eles rasgam a Constituição, rasgam o ECA. E vocês acreditam que um Prefeito que apoia o Bolsonaro, que fala que o ECA tem que ser rasgado, vai dar aumento para vocês? Vamos falar a verdade aqui, vamos falar de política, e não necessariamente ficar falando de Orçamento, que

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 73 DE 99

é importante, mas o viés aqui é político, porque quem deveria estar aqui é o Sr. Ricardo Nunes, que apoia a manifestação do Bolsonaro, que apoia uma política de extrema Direita.

A gente precisa humanizar esta cidade, praticar uma política, quem sabe, no viés do materialismo histórico dialético. Chega dessa política neoliberal.

Um abraço. E sem anistia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Devido ao tempo, nós vamos passar a palavra para a Secretária Silvia Grecco, que tem que correr para a Secretaria em outras funções. Obrigado, Secretária.

A SRA. SILVIA GRECCO - Obrigada. Às 14h, eu tenho uma reunião importante e necessária com um grupo de mães a respeito de educação inclusiva e eu não gostaria de desmarcar, porque já está marcado há algum tempo. Então, eu pedi a gentileza de adiantar a minha fala.

Primeiro, agradecer esse espaço para ouvir as pessoas falando aqui, porque quando nós escutamos, por exemplo, o Carlos falando a gente pensa: “Nada é sobre nós”, não é, Carlos? A Secretaria da Pessoa com Deficiência tem pensado muito e sempre agido nessas condições de a gente poder implementar essas políticas públicas. E a gente ouve também algumas mães: a Denise, a Luciana, a Bruna, a Paulinha, que falaram tão bem a respeito de da necessidade de ampliação, de cada vez mais, poder atender as mães de pessoas com deficiência. E eu não falo só de TEA, eu falo de todas as mães.

E vem a vereadora aqui ao meu lado e fala com emoção sobre as questões de pessoas com deficiência, com paralisia cerebral. as pessoas com deficiência têm que estar em todas as secretarias, porque em todos os programas e projetos nós precisamos falar da nossa causa. A gente vem aqui junto com Direitos humanos e eu preciso falar das pessoas com deficiência LGBTQIA+, eu preciso falar das pessoas com deficiência imigrantes, eu preciso falar das pessoas com deficiência dentro das ILPIs, eu preciso falar das pessoas com deficiência na educação.

Então, o nosso orçamento está trabalhando dentro da Secretaria da Pessoa com

Deficiência, com políticas públicas, mas todas as demais Secretarias na sua transversalidade precisam trazer o nosso tema, porque nós queremos também ter visibilidade, porque a pessoa com deficiência existe e ela precisa cada vez mais ser amada, respeitada e incluída.

Quando eu faço parte de uma Mesa e ouço tantas pessoas falarem, eu me sensibilizo, por exemplo, para falar da pessoa com deficiência idosa da nossa cidade, porque as pessoas com deficiência estão envelhecendo. Antigamente, as pessoas com Síndrome de Down tinham uma expectativa de vida de 30, 35 anos. Hoje, graças a Deus, elas vivem 60, 70, 80 anos. Então, precisamos falar dessas pessoas com deficiência, da questão do envelhecimento, da questão de moradia, de vida adulta independente para as pessoas com deficiência, que é muito importante.

Nós precisamos falar que 84% das mães e filhos com deficiência são mães solas, que criam e cuidam de seus filhos sozinhas, e elas também envelhecem. E como que a gente fica? Eu vou falar uma coisa até particular: Eu fiz uma cirurgia, dois meses atrás, que não era uma cirurgia tão grave, era de uma hérnia de hiato, mas indo para o hospital eu pensei “Meu Deus. Se eu faltar, como fica meu filho Nicolas?” E a gente tem uma rede de apoio, uma família, que eu tenho certeza que cuidaria. Mas esta é uma angústia de todas as mães no seu envelhecimento. Quem cuida dos nossos filhos?

Por isso, eu acho tão importante que a Casa Mãe Paulistana, para cuidar de mães de filhos com deficiência vai ser tão importante na cidade de São Paulo para acolher, para cuidar, para olhar essas mães que realmente estão pedindo socorro, como eu disse na minha primeira fala.

Então, o orçamento da Secretaria cresceu bastante. O lugar da pessoa com deficiência é dentro do Orçamento, mas nós não vamos fazer as políticas públicas sozinhos. O Orçamento continua na SMADS, também na Secretaria de Direitos Humanos, na Educação, para falar de educação inclusiva. Todas as Secretarias têm que defender o seu orçamento para políticas públicas de pessoas com deficiência na cidade de São Paulo. E eu fico muito grata de saber que, alguns anos atrás, a gente era ainda muito mais invisível. Os Secretários e as nossas

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 75 DE 99

Secretarias chutavam as portas de outras Secretarias para que eles pudessem ver que a gente estava lá.

Falou-se do serviço Atende, que é uma reivindicação justa para outras deficiências também. Hoje nós temos 645 vans do Atende, que leva as pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência dentro do espectro autista e as surdas e cegas também. Mas para ser um serviço público 100% bem avaliado, precisaria atender mais. Infelizmente, nós não podemos pensar no segmento de todas as pessoas com deficiência serem atendidas pelo Atende, porque realmente nem a própria rede de vias públicas atenderia tantas vans assim. Mas, dentro do possível, nós estamos lutando, sim, para que aumente o número de atendimentos dentro do serviço Atende.

Eu fico muito grata e eu quero que vocês que defenderam aqui tanto a Assistência Social, como Direitos Humanos, não se esqueçam de sempre colocar dentro da pauta de vocês a nossa pauta também. Quando a gente fala de direitos, é para todas as pessoas e inclui as pessoas com deficiência. E nós não vamos parar nunca de lutar justamente para que os direitos das nossas pessoas com deficiência sejam respeitados na cidade de São Paulo.

Tivemos avanços? Sim. Significativos? Sim. Um aumento de 1000% dentro do orçamento de uma Secretaria, que antes era vista com dó e piedade. Chega disso. Vamos mostrar que a nossa Secretaria está defendendo os direitos das pessoas com deficiência na cidade de São Paulo.

Graças a Deus, somos referência para outras cidades, para outros países, pelos atendimentos que nós temos feito, haja vista ter recebido pela Central de Intermediação de Libras um prêmio de melhor serviço público pela ONU.

Isso me deixa muito feliz, de saber que estamos no caminho certo para poder garantir esses direitos. Não esquecendo que o direito de ir e vir também é responsabilidade da sociedade, quando faz a sua calçada e pensa em colocar o seu carro dentro da garagem, com um degrau gigantesco, e as pessoas com deficiência não conseguem passar nessa calçada.

É obrigação do serviço de políticas públicas, sim, do Município, mas é também da

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 76 DE 99

sociedade, que tem que ser chamada para juntos podermos transformar a cidade de São Paulo como, verdadeiramente, a capital brasileira da inclusão.

Contem comigo, as portas do meu gabinete estarão sempre abertas para recebê-los, todos, como sempre eu faço.

As políticas públicas implementadas foi uma luta de categoria, de mães, de outras deficiências que estiveram lá com a gente. E é assim que tem que ser. Não é uma decisão de uma Secretária, é uma decisão de um colegiado, da população, dos cidadãos e cidadãs da cidade de São Paulo.

E eu gostaria de falar que aumenta muito a responsabilidade quando se senta, naquela cadeira, uma mãe de um filho com duas deficiências, porque realmente eu sinto na pele. As pessoas podem achar que, por eu ser Secretária, tenho privilégio nos atendimentos ao meu filho, e não. Eu também judicializo, também vou à luta e brigo. Eu também estive na discussão da LBI, Lei Brasileira de Inclusão, que foi uma política de grande avanço.

Nós temos essa lei implementada no nosso país, mas eu não me canso porque mãe não se cansa. A gente se cansa fisicamente, mas quando olha para a carinha dos nossos filhos todos os dias, sabe que a gente precisa ir à luta e é isso que eu faço todos os dias. Eu olho para a carinha do meu filho e penso: o que eu vou fazer para melhorar a vida das pessoas com deficiência da cidade de São Paulo? Porque eu sei que o meu filho, tantos outros filhos e tantas outras mães precisam desse apoio.

Então, muito obrigada por vocês trazerem também a pauta da pessoa com deficiência em outras Secretarias. A nossa luta não vai parar nunca. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Secretária Silvia Grecco. A próxima inscrita é Sheila Ventura Pereira, do Fórum dos Portadores de Patologia e, em seguida, Maria Cleide, Olga Quiroga e Maria Ivanir.

Sheila, com a palavra.

A SRA. SHEILA VENTURA PEREIRA - Boa tarde a todos. Sou Sheila Ventura Pereira, assistente social de formação e pessoa com doença falciforme vivendo.

Bom, o que eu gostaria de chamar a atenção é que muitas das vezes são cortadas verbas e feitas estratégias que estão tirando sem conhecer o vazio assistencial que a população sofre, sem conhecer a pasta transversal que fala do LGBTQIA+, das pessoas com doenças crônicas e raras, da população negra. Então é um território que, cada vez mais, sente esse corte.

Então, Srs. Vereadores, a ponta está cada vez mais sofrendo sem assistência. Muitas das vezes, é a população que sofre com esses cortes, o idoso negro que cada vez mais está invisibilizado. E falar também da assistência é todo o ciclo de vida da pessoa humana. A gente fala de direitos humanos, por exemplo, uma pessoa que vai para o hospital de madrugada, o hospital não oferece um café para essa pessoa. Às vezes, ela vai fazer transfusão de sangue, fica horas numa cadeira e não tem direito à alimentação. Não tem conversa entre as Secretarias. Para a gente fazer uma política de inclusão, precisa ter política de intersetorialidade secretarial, porque as Secretarias não se conversam. Muitas das vezes, a assistência não participa da construção das políticas públicas.

Se vocês forem ao hospital às 5, 6 horas da manhã vão ver as pessoas que vêm do interior e passam o dia lá, sem assistência nenhuma. As pessoas que estão lá na ponta, no interior do interior, não têm assistência médica nenhuma. Falou-se aqui da questão da pessoa com deficiência, mas ela não tem direito nem de conseguir um bilhete para vir para participar das consultas.

Então, para a gente falar de direitos humanos, tem que falar do ciclo de vida da pessoa, independente da sua raça, cor ou etnia. A gente vive num estado que claramente aponta o racismo institucional, porque quem está na pasta transversal são as pessoas idosas, a população negra, LGBTQIA+, as pessoas com deficiência, quer dizer, a população invisível.

Então, vamos deixar de mostrar números, porque, na ponta, não responde. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Sheila. Agora, com a palavra, Maria Cleide. (Pausa) Olga Quiroga, com a palavra.

A SRA. OLGA LUISA LEON DE QUIROGA - Boa tarde a todos e a todas. Eu estou

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 496

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 78 DE 99

aqui novamente para pedir habitação para a população idosa. Tem muita gente, idoso, na rua, por falta de moradia e não é de agora que já estou lutando por moradia. Desde o ano 98 que eu luto por moradia para a pessoa idosa. Foi um grupo de moradores de rua que me procurou para ajudá-lo a conseguir uma moradia. A única que a gente conseguiu até agora foi lá Vila dos Idosos, que hoje em dia está abandonada. Hoje em dia, tem 62 apartamentos desocupados, com tanto idoso na rua.

Agora, eu peço para os Srs. Vereadores que não acabem com a locação social. Ela é o único meio que o idoso tem de morar dignamente. Não só o idoso, mas a família de baixa renda também. (Palmas) Se tivesse a locação social, a gente atendia muito menos gente na rua, porque os moradores que estão na rua é porque não têm condições de pagar aluguel, e o idoso também. Hoje em dia, um aluguel em cortiço está em 800, 900 reais e aquela pessoa que ganha 1.500 com o que come, com o que vive também, e precisa comprar até o remédio.

Então é isso na habitação. E outra coisa é que nós temos, atualmente, 27 Centros Dia, que não dá para atender aos idosos que ficam sozinhos quando os filhos precisam trabalhar. Porque se eles não trabalham, como conseguem sustentar o pai? Então, 27 Centros Dia é muito pouco. A gente precisa minimamente de dois Centros Dia por subprefeitura, para atender à população idosa. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado.

A SRA. OLGA LUISA LEON DE QUIROGA - E mais, eu acho que a assistência social tinha que ver como melhorar a situação da Vila dos Idosos, porque a Diagonal não está fazendo o papel que deve, porque se tivesse atividade, minimamente, ou quando vai alguém visitar a Vila deixassem entrar, a coisa mudaria. Os idosos estão abandonados, sozinhos. Hoje, por exemplo, são três elevadores, mas um não funciona e também está com falta de água.

Então não dá para entender por quê. Aí tem um morador da Vila, que pode falar o que está acontecendo lá melhor que eu, porque eu não moro lá. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, dona Olga.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 79 DE 99

A SRA. OLGA LUISA LEON DE QUIROGA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu precisava que alguém, sem cercear, mas se alguém declinasse ajudaria, porque nós precisamos ouvir os Relatores, a Secretária e talvez não dê tempo, porque tem uma ordem na Casa que, às 15h em ponto, a gente tem que parar tudo.

Com a palavra, Maria Ivanir e depois o Diogenes Martins e Maria Fernanda Pascoal.

Volto a dizer, se alguém declinar, este presidente ficará feliz. Onde está a Maria Ivanir? Não está? Então, Diogenes Martins, Secretário do Conselho Municipal do Idoso.

O SR. DIOGENES SANDIM MARTINS - Boa tarde a todos, a todas, aos demais membros da Mesa. Eu gostaria de começar a falar parafraseando um grande pensador: a prática é o critério da verdade. Portanto, é justamente na prática que existe a diversidade, a diferença. É na prática que tem a diferença. E eu digo que é no método utilizado para planejar a prática que reside o problema. Eu tenho um amigo que diz: “é aí que mora o diabo”. É justamente no método utilizado.

E eu gostaria de chamar a atenção de todos e, particularmente, do Secretário Calvo, e perguntar que método foi utilizado para esconder, para colocar de forma invisível tantas necessidades de ordem social?

Presidente da Comissão; meu companheiro Senival, grande Senival; justamente, não se consegue encontrar nas ações e atividades da Secretaria, voltadas para as necessidades dos idosos, o recurso necessário para o desenvolvimento da atividade. Como disse a Luzia Monteiro, isso fica invisível na hora do planejamento, não é colocado.

Veja só, em relação à questão do idoso, ele apresenta uma proposta tão genérica de um programa voltado para a questão da política dos idosos, nem é da política dos idosos, é para os idosos, que não se coloca em nenhuma das secretarias. Ela fica tão genérica que não se consegue medir os resultados na hora de formular as ações práticas no âmbito das secretarias.

Como todas essas questões, em particular a do idoso, elas são atividades de ordem transversal, não é nem intersecretarial, é transsecretarial. Então fica difícil acompanhar e inclusive estabelecer metas. Não dá para fazer isso junto à secretaria, de forma que se nós não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 498

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 80 DE 99

fizemos uma revisão e, nesse sentido, o Conselho Municipal do Idoso, com o Movimento da Frente dos Fóruns das Pessoas Idosas e dos outros movimentos voltados ao direito da pessoa idosa, nós deliberamos uma série de resoluções, em que propomos que haja três programas, mais bem organizados, de maneira que se possa alocá-los nas várias secretarias, a partir das propostas programáticas que existem para o idoso. Caso contrário, vamos continuar pedindo, gente, e como o nosso companheiro falou, é uma questão de ordem política. É verdade. Por que coloca essa população de forma invisível na prática? Ela é invisível, porque nada atende às necessidades e esse povo continua clamando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Conclui, Diogenes.

O SR. DIOGENES SANDIM MARTINS - E todos nós aqui concordamos com essa situação. Só que na prática, que é o critério da verdade, a gente verifica que essa população está invisível. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok. Diogenes, muito obrigado. Agora, Maria Fernanda Pascoal e depois Diego Nunes. Em seguida, Vereadora Janaina Paschoal. Pode ser?

A SRA. MARIA FERNANDA PASCOAL - Boa tarde a todas, a todes e a todos.

Eu sou psicóloga de um CDCM e hoje, primeiramente, falo do repúdio para quem participou das conferências para mulheres. Como é que uma conferência estadual vai ser virtual? Então eu deixo aqui o meu repúdio, obviamente, às demais mulheres que participaram enquanto delegadas.

A outra questão que eu trago é referente ao que já foi dito aqui, só reforçando: cadê o dissídio, nessa troca de pasta? Outra trabalhadora da CDCM trouxe e só reforçando, cadê o dissídio? Está com a Secretaria de Direitos Humanos ou com a Assistência? Onde é que ficam os CDCMs? (Palmas)

A outra questão é o aumento de verbas do CDCM. Cadê o aumento de verba, obviamente, do auxílio aluguel? Quem consegue receber 400 reais, mesmo nos extremos da zona Sul ou Leste, e pagar uma residência? Esse valor não dá para nada, as mulheres não conseguem. (Palmas)

Equiparação salarial. Somos trabalhadoras que trabalhamos com a mesma temática, atendendo mulheres de violência doméstica, mas um grupo recebe mais em relação às outras. (Palmas) Cadê?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok. Vamos seguindo.

A SRA. MARIA FERNANDA PASCOAL - Eu acho que é extremamente importante. E finalizando, nesse caso, temos 52 CRASSs, 32 CREASSs e um CRAI, centro de referência para a população imigrante. Será que essa população não está nesta cidade? Porque São Paulo acolhe mais imigrante que os outros estados, e 0,9% no orçamento, gente. Acho que precisamos repensar também, pensando que São Paulo é uma cidade, penso eu, minimamente que inclui, É inclusiva. Não sei como é que está o meu tempo, deixa eu ver aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu estou pedindo, encarecidamente, que sejam dois minutos para que a gente possa concluir.

A SRA. MARIA FERNANDA PASCOAL - Eu penso que todo mundo teve três minutos... É uma questão de ordem e respeito, minimamente, um tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Eu sei. Conclui para mim. Chamo o Diego, eu preciso acelerar, porque nós precisamos ouvir o Secretário.

A SRA. MARIA FERNANDA PASCOAL - Está ótimo. Eu penso que, de alguma forma, é questão de respeito e eu respeito, obviamente, a Mesa. Mas está bom. Está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Sim, sim. Não estou cerceando a palavra.

A SRA. MARIA FERNANDA PASCOAL - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Quem fica para o final, fica prejudicado, não tem jeito.

A SRA. MARIA FERNANDA PASCOAL - A outra questão também, que de alguma forma foi colocado aqui, nesse caso, qual é o critério que a Secretaria de Direitos Humanos tem usado em relação ao repasse das verbas? Tem equipamentos que recebem dois meses e outros que receberam um único mês e sem contar os atrasos. Qual o critério que a Secretaria tem usado para repassar a verba dos CDCMs?

Desde já, eu gostaria obviamente de também destacar a presença do Conselho de Mulheres do Lajeado, de Guaianases. Nesse caso, eu acho importante. (Palmas) E no final, eu entrego o microfone. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Maria Fernanda. Com a palavra, Diego Nunes, da Confederação Brasileira de Futebol para Amputados e depois é o José Genário.

O SR. DIEGO NUNES - Boa tarde a todos. Sr. Presidente, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes. Senhoras e senhores, uma boa tarde, como eu disse anteriormente.

Primeiramente, quero expressar o meu profundo agradecimento, mesmo sabendo que ela não está mais presente, mas eu quero deixar registrado, à Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência, a Sra. Silvia Grecco, e à toda a equipe da SMPED pelo apoio essencial e constante ao futebol para amputados. Graças a esse trabalho conjunto, posso afirmar com orgulho que São Paulo se tornou a capital mundial do futebol para amputados.

Hoje, 61 países desenvolvem essa modalidade no masculino, feminino e também para crianças, todos inspirados por esse movimento de inclusão e superação, que nasce aqui em nossa cidade. Mas o futebol para amputados é muito mais que uma competição, é reabilitação física, emocional, educacional, lazer e cidadania. É a prova viva de que o esporte pode transformar vidas e construir histórias.

Nesse ano, com o apoio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e também do nosso amigo Vereador Silvinho Leite, pudemos realizar, aqui em São Paulo, a Copa Sul-Americana de Futebol para Amputados, em que o Brasil conquistou o título de campeão e garantiu vaga para o mundial do próximo ano, na Costa Rica.

Além disso, estivemos nesta Casa de Leis completamente lotada, com mais de 300 atletas de futebol para amputados, no evento histórico promovido pelo Vereador Silvinho Leite, autor da Lei 18.291/2025, que institui a Semana Municipal do Futebol para Amputados e também o Dia do Amputado, entrando para o calendário oficial da cidade. Naquela ocasião, o Vereador pôde homenagear pessoas que acreditam e contribuem com o futebol para amputados e, mais

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 83 DE 99

do que isso, que acreditam em pessoa com deficiência. Foi, sem dúvida, um dia histórico.

Essa lei é uma marco, que trouxe visibilidade, dignidade e reconhecimento a uma causa que hoje une atletas, instituições e o Poder Público e que já conta com o apoio da FIFA e da CBF, fortalecendo o Brasil no cenário Internacional. Em nome da Confederação Brasileira de Futebol para Amputados, peço o apoio da SMPED, da LOA e também do PPA para que continue ampliando o apoio nos próximos anos, dentro do novo plurianual 2026-2029, que prevê apoio de 401 milhões de reais à SMPED.

É fundamental que parte desses investimentos continue fortalecendo o futebol para amputados e que possamos ampliar parcerias com outras secretarias como educação, esporte, cultura e direitos humanos, criando políticas públicas integradas que promovam...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Dois minutos e 57 segundos.

O SR. DIEGO NUNES - Eu estou terminando. Por fim, reafirmo...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - José Genário Pereira de Araújo.

O SR. DIEGO NUNES - Muito obrigado, Secretárias, Silvinho Leite e todos que estão aqui presentes. Tenham uma boa tarde.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Deu três minutos. Aliás, já agradeço, José Genário, pela contribuição.

O SR. JOSÉ GENÁRIO PEREIRA DE ARAÚJO - Boa tarde a todas as pessoas presentes, hoje. Eu sou Genário, moro no Heliópolis, e sou trabalhador da assistência social, gerente de um serviço de medida socioeducativa. Comecei nessa atividade em 2023, trabalho na organização chamada UNAS, que desenvolve várias ações. Vocês podem, na leitura, perceber um pouco do serviço que a gente faz que vai da assistência social, trabalho com cultura, com educação... (Palmas) E aguento os perrengues do dia a dia, numa comunidade de 200 mil pessoas, onde não tem espaços que poderiam ser oferecidos para as pessoas, que também pagam impostos. Nós somos em 200 mil pessoas e, agora, está surgindo a possibilidade de um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 502

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 84 DE 99

teatro, que está sendo construído lá. Então, a política pública não chega nas periferias e as organizações sociais cumprem um papel muito importante de garantir um atendimento adequado, com dignidade humana às pessoas que moram lá.

Quando eu entrei na UNAS, em 2003, o nosso convênio era com a Febem. Eu trabalhava na medida sócio, no LA, para atender a 120 adolescentes. Quando esse convênio começou eram 12 mil reais e permaneceu até o final. A gente estava chegando em uma situação de ter que contratar estagiários via CIEE para garantir o atendimento aos adolescentes e servir bolachinha de água e sal com chá. Quando a gente conseguia plantar alguma coisa lá, para fazer o chá, porque não tinha dinheiro. Infelizmente a gente está chegando nesse patamar, ultimamente. A gente tem que defender a questão salarial, que é muito importante, porque o trabalhador da assistência está abandonado, na verdade. Já foi falado aqui a questão de salário e a verba da assistência também.. Eu comecei a falar de um período em que a gente tocava o serviço para os adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Está dando o tempo.

O SR. JOSÉ GENÁRIO PEREIRA DE ARAÚJO - Essa semana, a direção da organização ficou parada tentando equalizar como daria o reajuste para as pessoas que trabalham, os trabalhadores e trabalhadoras. E a única saída possível foi tirar dinheiro da alimentação, do transporte e das poucas rubricas que a gente consegue remanejar.

Se vocês, Poder Público, Vereadores, não tiverem alguma ação concreta, nós vamos voltar àquele tempo em que o convênio era com a Fundação Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Concluindo.

O SR. JOSÉ GENÁRIO PEREIRA DE ARAÚJO - Então, se vocês viram as costas para o povo, é importante que o povo também vire as costas para vocês na hora do voto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Mariama Bah, liderança migratória da União Africana. (Pausa) Não está. Na sequência, Hannah, do Instituto Silva e Santos e Instituto Mais.

A SRA. HANNAH - Boa tarde a todos. Eu sou a Hannah, além dos Institutos, faço

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 85 DE 99

parte também do Conselho de Saúde do Hospital M'Boi Mirim.

Venho dizer, novamente, pelos nossos idosos, não só por eles, mas pelos três hospitais que nós temos no nosso território: Guarapiranga, Campo Limpo e M'Boi Mirim, que estão com os leitos hospitalares superlotados, principalmente por conta de famílias que não vêm retirar os seus idosos, principalmente porque muitos não têm condições e muitos são Pop Rua, como disse o amigo, moradores de rua. Então, eles não têm como retirar e, por isso, eu peço e mostro a vocês que nós precisamos urgentemente, porque não é só nesses três hospitais. Nós temos muitos outros hospitais que necessitam e estão com vagas que poderiam ser dadas para pessoas que necessitam e estão com esses idosos aguardando uma vaga na ILPI. E nós precisamos de uma ILPI no Distrito do M'Boi Mirim, mas eu também sei a necessidade de todos aqui.

Nós precisamos da ampliação do NCI, porque eu falo pelo meu território, acho que o pessoal falou, mas no meu território tem 130 mil idosos. Nós temos 150 mil crianças, que virarão adolescentes e idosos também. Hoje, nós temos que nos preparar, porque temos essa demanda que está vindo. Então nós temos que nos preparar para isso. (Palmas)

Eu peço também a ampliação do serviço, como falado aqui, para o Distrito do Jardim Ângela, que como eu falei tem 650 mil, no Censo 2002, mas pela parte da saúde nós temos em torno de 700 mil pessoas e um CRAS para atender a toda essa demanda. O Distrito do Jardim Ângela precisa muito de uma URSI, porque não temos. Nós precisamos de um aumento de tendas, para baixas e altas temperaturas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Conclui para mim, por favor.

A SRA. HANNAH - Tá. Falaram que tem muitos CCAs no Jardim Ângela, mas pelo tamanho, precisaria de muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Compreendemos, sim. Compreendemos que todos os distritos sofrem.

A SRA. HANNAH - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É que agora está se tornando repetitivo.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 86 DE 99

A SRA. HANNAH - O último, eu tenho recebido muitas denúncias de mães que vão ao conselho tutelar, principalmente à noite, e ele não tem veículos para socorrer essas mães.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok. Muito obrigado.

A SRA. HANNAH - Então eu peço também que vocês olhem para o conselho tutelar, porque falaram muito, mas não do conselho tutelar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Com a palavra, Kauany de Queiroz e depois, por último, Eunice Provença. E, depois, a nobre Vereadora Janaina Paschoal.

A SRA. KAUANY DE QUEIROZ - Boa tarde. Me chamo Kauany. Sou mãe atípica de um filho autista. Sou do auxílio aluguel, entendeu, e vim falar sobre a SMADS. Eu moro no Itaim Paulista, estamos sendo despejados desse apartamento, a SMADS nos deixou ao deus-dará e não vai lá. Tudo o que eu tenho, dentro da minha casa, foi tudo com o meu suor e do meu esposo. E eles olham para a nossa cara e falam que nós tem que pagar um lugar para nós colocar, guardar os nossos móveis. Falou que nós tem que voltar para o CAE Família. Eu não quero voltar não, gente. Eu quero a minha moradia digna ou senão bote eu na vila, de novo. Eu fiquei na vila um ano, tenho três filhos, sou mãe solo, entendeu? Tenho filho autista, estou sofrendo bastante e eles quer jogar nós no CAE Família, gente.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. KAUANY DE QUEIROZ - Fala que não tem, e esses 7 milhões são de onde, de onde que vem? (Palmas) Eles estão gastando esses 7 milhões e nós, gente, estamos lá ao deus-dará. O proprietário está lá todo dia: "Vocês vão sair daqui quando? Vocês vão embora quando?" Como eu vou para a rua com três filhos? Eu vou como, gente? Para onde?

Tem que resolver isso, a Secretária tem que dar um posicionamento para nós, gente. Não tem como nós ficar lá. Eles foram lá esses dias e falaram para nós procurar um imóvel, está bom. Quando nós vai procurar um imóvel, ninguém aceita. Ninguém está aceitando auxílio aluguel, ninguém aceita.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. KAUANY DE QUEIROZ - Tiraram a Diagonal. Quantos milhões nossos ela

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 87 DE 99

levou? Prometeu Deus e o mundo para nós. Eu sou do POT, não sei ler, não sei escrever e se não fosse o POT na minha vida; hoje eu aprendi a ler, hoje eu aprendi a escrever, entendeu? O meu filho, graças a Deus, eu consegui uma melhor escola para ele, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ok.

A SRA. KAUANY DE QUEIROZ - O meu filho autista foi expulso de várias escolas. A SMADS tem que dar um posicionamento para nós, para mim também, que sou mãe de um filho autista. Eu que não vou para a rua com meu filho. Não volto para o CAE Família. Esses 7 milhões, eles têm que dar uma moradia digna para nós, para toda a população de rua. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado. Agora, Eunice Provença. (Pausa) Não está. Vereadora Janaina Paschoal, em seguida, o nobre Relator, Vereador Silvinho Leite.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Muito obrigada, Presidente. Cumprimento todos os secretários, os representantes de pasta, os Vereadores presentes, todo público participativo.

Na verdade, vim aqui expor uma dificuldade, como Vereadora, que eu acho que reflete muito das queixas que foram trazidas. Já com a minha equipe estudando o Orçamento.

Venho pedir um olhar carinhoso do nosso relator, para que nós coloquemos no Orçamento as necessidades que já são diagnosticadas em muitas audiências públicas, que eu, como parlamentar, já diagnostiquei e que não estão no Orçamento. E eu sei que a Prefeitura tem mobilidade, mas seria interessante que já saíssem daqui essas demandas, essas prioridades. Então, por exemplo, essa questão do ILPI, inclusive tem uma condenação do TJ para construir mais ILPIs, que é uma necessidade muito, muito básica. Eu estou visitando os hospitais, não ponho as coisas em rede social, não é muito a minha dinâmica, mas visitando os hospitais existem moradores em todos os hospitais. Essa última colega que falou aqui, não é questão de uma única área, são moradores em leitos de hospitais, até no hospital da USP tem gente morando, porque não têm para onde ir. Nós temos muito idosos morando nos leitos, ocupando leitos que poderiam ser abertos para doentes, mas nós também temos muitas pessoas com deficiências, com doenças neurológicas, porque essa terminologia deficiência é muito ampla.

Então, nós temos hoje pessoas acometidas por doenças neurológicas, e vou dar um

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 506

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 88 DE 99

exemplo, ela, que está ocupando leito de hospital, porque nós não temos equipamentos para receber essas pessoas. Então, já que o ILPI, que é uma necessidade, não atende a todas as demandas, porque hoje se uma pessoa com 50 anos estiver acamada, se alimentando por sonda, ela não tem para onde ir, ela não pode ir para a ILPI, porque ILPI é para idoso. Então, nós já precisamos pensar num outro equipamento. (Palmas)

Eu peço encarecidamente ao nosso relator que nós cuidemos disso no Orçamento. Eu visitei a Casa TEA, que no orçamento, relator, tem 80 milhões, porque o Prefeito quer construir outras 15 casas. Eu elogio essa diretriz - estava falando com a Secretária, até chorei porque eu estou tão envolvida nisso - mas, o que acontece? A Casa TEA está voltada exclusivamente para o autista. Eu não estou, pelo amor de Deus, reduzindo essa dificuldade, mas existem outras tantas questões, sobretudo no aspecto neurológico, e nós não temos um equipamento para essas doenças. Então, assim, a mãe de uma criança com paralisia cerebral não será atendida na Casa TEA, a mãe de uma criança com neuropatia não será atendida na casa TEA.

Então, nós não podemos pensar exclusivamente num público, por mais honroso e necessitado que seja, até porque hoje o autismo, e por que se fala espectro? Porque nós temos vários subgrupos. Pode acontecer de alguém que não precise tanto ser atendido, enquanto uma pessoa que precisa muito, por uma neuropatia, por uma questão de neurológica, não ter onde ser atendido. Então eu peço, pelo amor de Deus, relator, que a gente olhe para o seguinte: 80 milhões para essa pauta e 2 milhões para as demais? O Orçamento tem de mostrar as nossas necessidades.

Eu aqui aproveito a presença de muitas pastas para trazer, como Vereadora, uma dificuldade. Eu estou fazendo busca ativa de entidades que não recebem dinheiro público, mas que atendem esse público que eu estou preocupada, são pessoas que têm paralisia cerebral, pessoas que têm ELA, pessoas que estão acamadas. Essas entidades existem, os doentes estão lá, porque eu e minha equipe estamos vendo, elas não têm parceria, elas não recebem dinheiro público, e eu estou tentando mandar as minhas poucas emendas para essas entidades.

E Secretária, sabe o que está acontecendo? Eu vou chorar aqui, mas não... Não tem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 507

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 89 DE 99

pasta! Eu indiquei para SMADS, SMADS diz que não é com ela, aí eu tento Direitos Humanos, não é com Direitos Humanos porque é deficiência... Eu não consigo mandar o dinheiro... Então, assim, o que eu preciso saber, eu preciso entender essa burocracia, porque não é que eu estou pedindo dinheiro dos outros, eu tenho cinco milhões, como Vereadora, eu estou tentando mandar 100 mil para uma, 200 mil para outra, para comprar máquina de lavar-roupa para lavanderia, para comprar alimentação que vai por sonda. Secretária, eu não consigo, entende?

Então, assim, eu preciso entender como é que a gente faz para mexer nessas engrenagens. Porque, assim, eu tenho toda a consideração com as famílias, com as crianças autistas, eu tenho toda a consideração, mas e as famílias de quem tem paralisia cerebral, de quem não sai da cama? Então, assim, eu quero ajudar, até chorei com a Secretária, e falei: Secretária, me ajude a ajudar, entendem? Eu não estou nem pedindo o dinheiro do Prefeito, eu estou tentando passar... Tudo bem, está lá com ele, mas a gente tem direito de indicar, eu preciso que me ajudem a ajudar as instituições, que não recebem dinheiro de ninguém.

Outra coisa, quando a gente chega para visitar, eles nunca receberam emenda, eles não sabem nem como fazer projeto, sabe? Às vezes, libera dinheiro para profissional, que não tem entidade de verdade, mas sabe fazer projeto. E quem trabalha não sabe fazer projeto, não recebe, e eu tento ajudar e não consigo... Então, eu vim aqui porque eu vi que estavam todas as pastas importantes para pedir, pelo amor de Deus...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Conclui, por favor.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - ... porque essa burocracia impede a gente de ajudar. Então, assim, eu quero uma aula de qualquer um dos senhores, que possam sentar comigo, com a minha equipe, e nos dar uma aula de como fazer esse dinheiro ir para quem precisa, é o que eu estou pedindo. E pedir para o nosso relator colocar esse povo que precisa muito - não é dinheiro, é doença, é locomoção - no Orçamento para a gente poder cobrar o envio desses recursos. É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Vereadora Janaína.

Vereador Senival, houve uma... (Pausa) Pode.

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 90 DE 99

A SRA. CASSIA APARECIDA TRAVENSOLO - Vereadora, nós já estivemos juntas várias vezes em momentos importantes. Estou me colocando a sua disposição para que a gente possa pensar, juntas, esse caminho. Ok? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O Vereador Senival falou que tinha uma referência direta, mas espera aí, você vai ler uma carta desse tamanho?

O SR. SENIVAL MOURA - Eu não vou ler carta, Vereador Jair, eu não tenho um milésimo de pressa, presumo que todos que estão aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Não é pressa, é o Regimento.

O SR. SENIVAL MOURA - O Regimento é até 15h, que horas são?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Mas há relatores para falar, têm as considerações...

O SR. SENIVAL MOURA - Mas pode suspender, abre o plenário e volta, se for necessário. Então, não precisa pressa. É rapidamente, são 30 segundos.

O Ricardo fez uma pergunta aos Vereadores, tantos outros também fizeram, mas ele pergunta o seguinte: os Vereadores conseguem se alimentar com 13 reais. Óbvio que não, não tem condição, não tem a menor condição. O relator do Orçamento está aqui, o Vereador Marcelo Messias está aqui, ele pode fazer um esforço grande para solucionar essa questão, e nós também, Vereadores, podemos, todos nós, os 55 vereadores. Ainda que façamos, é prerrogativa do Poder Executivo fazer a correção e dar aquilo que é justo. E para responder mais ainda ao Ricardo, ele pergunta se os vereadores também conseguem sobreviver com o mega salário de 1.500,00 reais. Claro que não, é claro que não. É lamentável, Ricardo, eu diria que é lamentável diante de um Orçamento grande. Obviamente, na hora que você consegue distribuir o Orçamento, ele é tão grande, mas acaba se tornando pequeno. Mas se você fizer de forma proporcional, para aqueles que mais necessitam, eu não tenho a menor dúvida de que será superada essa questão. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Vereador Senival.

Vereador Silvinho Leite, suas considerações, como nosso nobre relator do PPA.

O SR. SILVINHO LEITE - Bom dia e boa tarde a todos. Na pessoa do nosso presidente Jair Tatto, quero cumprimentar todas as autoridades da Mesa.

Vereadora Janaina, nós já tivemos várias batalhas juntos, só vou dizer uma coisa para a senhora, a sua luta é a nossa luta, a senhora não está sozinha. Até porque a nossa pasta da pessoa com deficiência, graças a Deus, hoje, já não são mais invisíveis os nossos neurodivergentes, os nossos PCDs. Hoje, temos um aumento de mais de 1000% nessa pasta, porque a Secretária realmente faz jus, é uma Secretária que vive essa dor. Você ter um secretário que passa pelos mesmos problemas da nossa comunidade, fica fácil da gente administrar o dinheiro público. Então nós vamos trabalhar juntos.

Eu também já tive o mesmo problema, mas já estive falando com a Cassia em outras oportunidades, e já conseguimos atender de outras formas à saúde. É como a senhora falou, são várias pastas para poder atender a pessoa com deficiência. Foi o que a Silvia falou, a pessoa com deficiência tem que caber no Orçamento, ela vai caber no Orçamento na pasta de SMADS, seja na da saúde, direitos humanos, ela vai caber no Orçamento, você pode ter certeza disso. Eu tenho certeza de que deve ser também a fala do nosso relator, Vereador Marcelo Messias, como é a minha, relator do PPA.

Com referência a nossa pasta dos direitos humanos, eu tenho vários questionamentos, mas eu não quero me alongar por causa do horário, mas deixo um recado para o pessoal, que estava aqui hoje do Conselho Tutelar. As denúncias dos veículos, dos materiais, dos móveis, dos prédios totalmente danificados, em condições subumanas, eu tive um compromisso aqui com a nossa Secretária Regina, que teve de sair, mas está aqui o chefe de gabinete dela, o Roberto, que estarão nos atendendo de imediato.

Eu, pessoalmente, dos 52 tutelares, eu pedi que a minha assessoria fosse visitar, visitamos 20, e essas denúncias realmente foram reconhecidas, entendeu, Roberto? Mas nós temos um compromisso piamente, as reformas, as licitações já saíram do papel, e a compra dos móveis também. Então, nós vamos dar um prazo para a Secretaria começar a fazer essas entregas, entre este ano e começo do ano que vem, um prazo para poder estar cobrando. E

quanto aos veículos e às condições subumanas, eu pedi prioridade zero para a Secretaria, que eles, por favor, atendam vocês. Como é que nós vamos cobrar dos conselheiros tutelares um bom atendimento à comunidade? Inclusive, nós estamos falando de crianças e adolescentes, e nós estamos aqui na Casa, agora, com a Procuradoria, sendo que o veículo que transporte das crianças não tem nem cadeirinha. É inadmissível, nós vamos ficar em cima disso, vamos cobrar piamente.

Outra coisa que eu queria passar para o pessoal de direitos humanos é referente ao Centro de Referência da Igualdade Racial, que hoje ninguém falou. Nós temos 14 centros de referência, e quero saber quantos mais e qual a verba destinada para essa dotação, que eu não localizei no PPA. Então, eu queria, depois, que me encaminhassem.

E sem o senso Pop Rua fica difícil de ter um número mais próximo. E o idoso, PCD, o neurodivergente, precisamos ter esse senso para saber quantos são. Então, nós vamos ficar em cima disso com a PPA, com a LOA.

E há outras questões, mas eu vou fazer por escrito, como nós já combinamos. Espero que vocês me deem respostas antes de nós terminamos o nosso relatório do PPA. Na pasta da SMADS os questionamentos são muitos. Ok?

Entendemos realmente que um Orçamento desses, e já acompanhamos os orçamentos passados, de 2,7 bilhões não é suficiente. Dizer que nós vamos chegar aos 5 bilhões, seria mais ou menos, razoavelmente, o necessário, eu tenho certeza, e vocês podem esperar isso deste Vereador, e acredito do nosso relator também, que nós vamos procurar fazer o nosso melhor para melhorar essa pasta, para poder atender as demais demandas. No mais, agradecer a presença de todos vocês, porque sem vocês a gente também não consegue fazer justiça. Podemos acertar e errar, mas vamos acertar e errar juntos, e procurando acertar mais do que errar, ok? Meu muito obrigado, uma boa tarde, que Deus abençoe a todos. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Obrigado, Silvinho, relator do PPA. Vamos ouvir as considerações do Sr. Roberto Cardoso, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de

Direitos Humanos.

O SR. ROBERTO CARDOSO - Uma boa tarde, Presidente, boa tarde a todos os Vereadores, boa tarde a todos que estão acompanhando. É um prazer enorme estar no dia de hoje vendo esta Casa cheia, com tantos debates, tantas pontuações que levantam realmente as necessidades da cidade.

Falar de recursos de direitos humanos não é falar de gestão, é falar de gente, de pessoas e cidadãos, que vivem com seus anseios, com suas necessidades. E a Secretaria de Direitos Humanos é um canal que pode transformar isso em ações, transformar vulnerabilidade em dignidade.

Foi comentada a questão de mulheres, do CDCMs, mulheres em busca proteção da rede, que não podem esperar, são mulheres em situação de vulnerabilidade. Foi pontuada, de modo geral, a questão do CDCMs, que são equipamentos que veio de SMADS, e nós realmente estamos avaliando a transformação, inclusive, consta no nosso PDM 62, que é transformá-los em centro de referência para poder adequar. Junto a isso, vamos pensar essa questão do dissídio, que é realmente um gargalo que temos do ponto de vista legal e orçamentário.

Também aproveitar e falar de criança e adolescente, que contam no Conselho Tutelar como sua última linha de defesa. Nós reconhecemos alguns pontos, que foram levantados por todos os conselheiros, e a partir do dia 31, começamos entregar o mobiliário novo. Nós temos algumas mudanças que foram feitas, temos alguns imóveis que realmente precisam de adequação, e isso nós vamos implementar.

Falar dos idosos, eu tenho uma enorme alegria de ter participado este ano do Congresso do Idoso, onde mais de 1400 pessoas participaram, e eu vi aqui que foi a maior pauta, e eu fico muito feliz como fiquei naquele momento, porque é uma geração que já trabalhou duro e hoje merece respeito. E vocês estão aqui pensando políticas públicas que o meu filho irá usufruir. Parabéns a todos.

E falar também que a questão do Pop Rua, eles não precisam de penas, precisam de políticas públicas eficazes.

Nós fizemos anotações de todos os questionamentos, até por questão do tempo, eu vou encaminhar por escrito à Mesa, e nos colocamos à disposição. Muito obrigado a todos.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) - Roberto, obrigado pelas suas considerações. Passo agora a palavra para o Sr. Ronaldo Fernandes, Chefe de Gabinete de SMADS.

O SR. RONALDO FERNANDES DE PAULA - Bom, as perguntas são várias, e de vários temas que, se a gente se sentar para dar todas as respostas, a gente vai tomar todo o tempo aqui. Mais, de antemão, eu já digo que o gabinete está aberto, e eu sempre recebo as pessoas que nos consultam, que pedem esse tipo de audiência, e poder trazer às demandas para discussão. Não dá para falar tudo aqui, porque depende até de documento que a gente tem que levantar, nossos documentos internos estão com a equipe que eu tenho, com a assessoria técnica.

Eu apenas vou falar um pouquinho sobre os idosos, a gente tem um aumento, que não é o que a gente espera, e que também não era o que vocês esperam, houve um aumento de quase 15% na relação ano passado para este ano: eram 127 milhões, e em 2026 são 144 milhões. E a gente também, sobre esse assunto, a gente tem feito esforços, a Secretária Eliana também tem se preocupado. Nós estamos fazendo, está praticamente finalizada a estrutura de um ILPI no Jabaquara, com 60 vagas, grau II; M'Boi Mirim com 30 vagas; e uma adequação - como a Dra. Janaína acabou falando, é pouco ainda, mas é um começo - com 30 vagas, grau III, estamos fazendo no Campo Limpo.

Estamos readequando, é uma demanda judicial, Tribunal de Justiça, inclusive o Ministério Público também tem nos cobrado. E o que a gente tem tentado muito é fazer com que, com os recursos que temos, a gente chegue na ponta com um serviço de qualidade. Não é o que a gente espera, não é o que vocês esperam, mas a gente tem tentado fazer da melhor forma possível à partidariamente. Não tem essa linha, principalmente na chefia de gabinete, com a Cassia, e com a Eliana, a gente recebe todo mundo e tentamos, na medida do possível, atender.

Quando não dá, a gente fala: olha, não tenho, o cobertor está curto, a gente vai ter que ver uma outra forma, a gente vai construir alternativas. É isso que temos para essas questões todas. Infelizmente, a gente não pode atender a todos. Porém, é isso que a Secretaria tem à disposição para poder fazer com que a política pública chegue na ponta, a quem necessita.

É isso, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Voltei, retomando. Vicente, teve questionamentos à V.Sa. É o Vicente que agora planeja tudo.

O SR. VICENTE AFFONSO DE OLIVEIRA CALVO - Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, em nome do qual cumprimento toda a Mesa. Boa tarde a todos os presentes.

Só duas ponderações rápidas em relação aos pedidos que envolveram algum tipo de levantamento de informações. Eles já estão aqui registrados para que a gente apresente informações a vocês, da melhor forma possível. Como o Ronaldo falou, há uma série de informações e boa parte delas a gente precisa garantir que passaremos uma informação, não só completa, como também - como mais de uma vez, o Vereador Marcelo Messias e o Vereador Silvinho comentaram - de uma forma acessível, que faça sentido. Não adianta ser informação com caráter extremamente técnico, que dificulte mais do que ajude à compreensão do que estamos tentando responder.

Nesse sentido, em relação ao apontamento da Vereadora Luna Zarattini, quanto a questão da possibilidade de convênios com recursos federais, que não foram perseguidos pela Prefeitura do Município, esses valores, esses convênios vão ser levantados para que a gente possa verificar, por conta do que isso aconteceu, de que forma isso se deu.

Em relação à menção que foi dita sobre utilização de método para esconder o Orçamento, eu vou ter que refutar veementemente. Eu não acho que a gente está, de forma alguma, escondendo Orçamento ou tentando, de alguma forma, dificultar o entendimento da peça. Muito pelo contrário, é um trabalho sério, pautado nos critérios mais adequados, tanto de igualdade e legitimidade, quanto do processo participativo, porque a gente realiza por meio das

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 514

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 96 DE 99

audiências públicas, que são realizadas pelo município, o processo de elaboração do projeto de lei orçamentária. Então, a gente está aqui num segundo momento, e agora, sim, a Câmara convoca as audiências para que a gente preste os esclarecimentos necessários.

Mas eu acho que vale destacar que, antes disso, tem também um processo sobre o qual a gente se debruça por mais de quatro, cinco meses, fazendo audiência em cada uma das subprefeituras, levando representantes não só da Secretaria de Planejamento, como também da Secretaria da Fazenda, da Secretaria responsável pelo Programa de Metas, que agora juntou, vocês me desculpem a falha, é a mesma secretaria, e também quando aplicável à Casa Civil, para que esteja de forma alinhada em termos de instrumentos de planejamento que a gente usa aqui no município.

Se alguma coisa não ficou clara ou de alguma forma há algum tipo de equívoco ou imprecisão na apresentação, a gente é o primeiro a reconhecer, como eu mencionei, nas audiências que a gente teve nas regionais, como também em audiências aqui nesta Casa. Para qualquer tipo de necessidade de esclarecimento, tirar alguma dúvida ou levantar alguma informação, a gente está à disposição.

Não é por acaso que a gente tem participado de todas as audiências e continuaremos participando, desde à época que a gente era integrante da Secretaria da Fazenda, enquanto Subsecretaria de Planejamento do orçamento municipal, como agora na Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência, responsável pelo planejamento e preparação do Orçamento do Município.

Nesse contexto, ir buscando essa perspectiva de eficiência - e às vezes a gente esquece do nome da pasta, embora na sigla fale basicamente do planejamento - somos a Secretaria Municipal de Planejamento Eficiência, dada a importância que foi dada ao tema, para garantir que a gente consiga, de fato, não só alocar os recursos onde são necessários, como também, depois de alocados, que esses recursos sejam gastos.

Então, nesse sentido, também me coloco à disposição, Vereadora Janaina Paschoal, para as interações que forem necessárias para viabilizar não só a destinação da sua emenda

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 97 DE 99

em específico, como também qualquer tipo de recurso que esta Casa busque destinar. A gente se coloca à disposição para garantir não só o enquadramento orçamentário adequado, como também a interação com as pastas no que for necessário, a gente fica à disposição.

Por fim, queria agradecer novamente o espaço, a oportunidade de a gente trazer aqui um pouco do nosso trabalho, e destacar que, como um ponto de pauta que já foi pedido algumas vezes, já está em elaboração uma apresentação um pouco mais detalhada sobre a perspectiva do orçamento transversal destinado à população idosa. Assim que pronto, a gente vai também submeter à comissão para que fique registrado e possa ser aproveitado nas próximas audiências.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, Vicente. Eu vou passar para o relator.

E pedir desculpa à companheira migrante, que eu interrompi. Mas quero dizer o seguinte: com a experiência de estar 11 anos aqui e nove anos presidindo absolutamente tudo que vocês solicitam, seja pontual, seja geral, e eu posso falar em nome do relator LOA e do relator PPA, absolutamente tudo será recepcionado. Isso é importante, e seja na cultura, se vai acontecer, eu não sei, mas o que a gente garante é que absolutamente tudo, seja de forma virtual, seja de forma escrita e seja da forma que vocês colocaram falando pessoalmente, tudo chegará na mão do relator. Eu posso garantir, pela minha experiência, que não fica absolutamente nada para trás, aquilo que precisa ser melhorado e aquilo que precisa ser feito. Então o desafio é correr atrás, pressão orçamentária.

É isso, nobre relator?

O SR. MARCELO MESSIAS - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o nobre relator, Vereador Marcelo Messias.

O SR. MARCELO MESSIAS - Obrigado, Presidente, boa tarde a todos. Quero em nome da Vereadora Janaína, muito emocionada, pessoa muito humana, cumprimentar todas as mulheres, e todos os presentes. Devido o horário, não vou nomear todos na Mesa.

Gente, é um trabalho muito árduo, mas é importante a presença de todos vocês. Eu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 516

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 98 DE 99

sempre digo que ninguém faz nada sozinho, devemos trabalhar diariamente, mas principalmente na relatoria do Orçamento, para fazer de São Paulo uma cidade mais humanizada.

A fala de cada um de vocês foi anotada com muito carinho, com muita percepção para trazer o melhor para nossa cidade. Eu prometo a cada um de vocês que eu darei o meu melhor, todos os dias, para atender o máximo das demandas de cada um de vocês.

Eu quero dizer uma coisa, do fundo do meu coração, é a primeira vez que sou relator do Orçamento, mas eu não gostaria que a audiência pública fosse palanque eleitoral. A Vereadora falou uma coisa que me deixou triste, porque eu pedi para ela uma ajuda do Governo Federal, me ajude a trazer mais recursos para São Paulo, porque as demandas são muitas. E nós sabemos que hoje, com Orçamento que temos para a cidade, não é possível. E ela foi falar que a cidade de São Paulo não recebeu algum orçamento ou não aderiu a algum programa. Eu acho que o repasse federal não precisa ter adesão da cidade ou de algum programa, mas o repasse federal é importante para cada um que aqui mora.

Eu nasci em São Paulo, aqui vivo, aqui crio os meus filhos, e quero uma cidade melhor, não só para mim, mas para todos vocês. Então, repasse federal hoje, para os direitos humanos da cidade de São Paulo é 001%; para Secretária da Pessoa Deficiente é 0%; para abastecimento é 0%; para a assistência social 2,39%.

Eu não estou aqui fazendo palanque político, eu não estou aqui defendendo partido, estou aqui defendendo o povo da cidade de São Paulo, a cada um de vocês. Eu não posso admitir que alguma Vereadora venha aqui fazer política eleitoral, tratando-se do Orçamento da cidade mais séria da América Latina, cidade com mais de 12 milhões de habitantes, com orçamento de 135 bilhões, tem que ser sério, trazer seriedade para esta Casa e responsabilidade nos discursos.

Eu fui pedir uma ajuda para trazer recursos para nossa cidade, não falei nesse microfone, não questionei, eu pedi uma ajuda para que a cidade São Paulo também esteja no mapa do Governo Federal. Eu não estou aqui para criticar ninguém, eu estou aqui para trabalhar para cada um, seja da Esquerda, da Direita ou do Centro, e principalmente para as pessoas mais

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 517

REUNIÃO: 21491 DATA: 04/11/2025 FL: 99 DE 99

necessitadas do nosso município. Prometo, mais uma vez, que farei o meu melhor para dar o máximo para vocês.

Presidente, eu quero deixar aqui uma informação importante, SMADS já falou para nós que o Censo do PopRua está em licitação. A voz do povo é a voz de Deus, por isso nós estamos aqui ouvindo vocês.

Para finalizar, o nosso gabinete está disponível a cada um de vocês, quem não conseguiu falar ou não conseguiu se expressar, podem ir ao nosso gabinete, que está de portas abertas. A nossa rede social está aberta para vocês 24h, 365 dias por ano para atender as demandas da cidade. Para finalizar de verdade, Presidente, porque eu acabei me estendendo, o dinheiro do povo é para voltar para o povo.

Deus abençoe cada um de vocês. Contem com o nosso gabinete. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Obrigado, nobre relator. Vou começar os agradecimentos: o Vereador Senival, Presidente da Comissão Extraordinária do Idoso, tem participado do Grande Conselho em todas as audiências, e sei do esforço de V.Exa. por mobilização. Isso tem dado a nós uma contribuição muito interessante todas as vezes, porque está vindo nas audiências o Grande Conselho.

Eu quero avisar que amanhã, quarta-feira, nós temos audiência pública no Auditório Prestes Maia com as pastas: Secretaria das Subprefeituras e Secretaria Municipal de infraestrutura Urbana. Sábado temos audiência regional na zona Leste, no CEU Rei Pelé, em Itaquera.

Nada mais a tratar, muito obrigado a todos e a todas, vão com Deus.

Estão encerrados os trabalhos.